

boletim paradigma



vol 19
ago 2024

ISSN 2176-3445

Resenha do livro: *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*

Uma proposta de estrutura para orientação parental

O mito do artesão

Comunicação aberta para a tomada de decisão sobre filhos

Positividade tóxica: mudanças nas práticas culturais pós-pandemia que estabelecem novas topografias nos quadros depressivos

O autista irrita

Pareamento: Podcast como alternativa para divulgação científica em análise do comportamento

História de vida: Jaíde Regra

Par entrevista Yara Nico: Psicoterapia assistida por psicodélicos



Ilustração da capa: Silvia Amstalden

Quem somos

O Instituto Par é uma organização sem fins lucrativos que promove a pesquisa, o ensino e a formação de alta qualidade no âmbito das Ciências do Comportamento e o desenvolvimento de tecnologias comportamentais que possam ser aplicadas a diversas demandas sociais. Voltado à Análise do Comportamento, desde 2005, atua na busca de soluções para problemas relacionados ao comportamento humano por meio de estudos, do desenvolvimento de tecnologias e suas aplicações em variados contextos.

A instituição nasceu como Núcleo Paradigma, e, ao longo de sua construção e jornada, tornou-se Associação Paradigma, e, finalmente, Instituto Par – Ciências e Tecnologia do Comportamento. Esses nomes constituem nossa trajetória e continuam a compor nossa história, presentes em serviços, publicações e, em parte, no novo nome, uma vez que Paradigma se tornou Par.

Os profissionais do Instituto Par são autores de inúmeras publicações destinadas à formação, pesquisa e prática em Análise do Comportamento, com alto impacto e influência sobre a produção da área. Como instituto de pesquisa e ensino, atuamos tanto na formação e atualização da prática de profissionais das áreas de saúde, educação, desenvolvimento pessoal e profissional e em organizações quanto na produção de conhecimento e tecnologia nas ciências do comportamento.

boletim paradigma

Uma publicação do Instituto Par Ciências
do Comportamento
São Paulo, vol. 19, agosto de 2024.

Coordenação Editorial

Joana Singer Vermes

Vice-coordenação Editorial

Roberta Kovac

Revisão

Joana Figueiredo

Comissão Editorial

Alexandre Dittrich, Dermot Barnes-Holmes, Joana Singer Vermes, Maria Amalia Andery, Roberta Kovac, Roberto Alves Banaco

Projeto Gráfico e Diagramação

Silvia Amstalden

Instituto Par

Diretoria Executiva

Roberta Kovac, Cassia Leal da Hora, Marina Dantas Pedro

Diretoria Consultiva

Joana Singer Vermes, Ana Beatriz Chamati, Fernando A. Cassas



Instituto Par Ciências do Comportamento

Rua Bartira, 1294. Perdizes, São Paulo-SP
CEP: 05009-000 | TEL: 55 11 3672 2200

www.institutopar.org

contato@institutopar.org

Agosto 2024

Edição Impressa (tiragem 3.000
exemplares) e Eletrônica

ISSN 2176-3445

Sumário

Editorial 3

Na estante 6

Resenha: *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*,
organizado por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes
Gabriel Vieira Cândido

Produtos técnicos do mestrado em análise do comportamento aplicada 18

Uma proposta de estrutura para orientação parental
Trilce de Barros Heredia, Candido V. B. B. Pessôa

Ensaio de pares 28

O mito do artesão
Candido V. B. B. Pessôa

Análise do comportamento aplicada à infância, adolescência e parentalidade 32

Comunicação aberta para a tomada de decisão sobre filhos
Cibele Pacheco Gomide, Thais Raposo Desidera

Análise do comportamento aplicada à clínica 36

Positividade tóxica: mudanças nas práticas culturais pós-pandemia que estabelecem novas topografias nos quadros depressivos
Eduardo Sousa Gotti, Roberto Alves Banaco

Com a palavra 43

O autista irrita
Paulo Silveira (diagnosticado autista aos 60 anos)

Novidade do Par 46

Pareamento: Podcast como alternativa para divulgação científica em análise do comportamento
Henrique Valle Belo Ribeiro Angelo

História de vida 52

Jaíde Regra
Ana Beatriz Chamati

Par entrevista 57

Psicoterapia assistida por psicodélicos
Roberta Kovac entrevista Yara Nico

especialização em **CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL**

presencial

coordenação

CASSIA THOMAZ (CRP 06/54721)

ANA CARMEN OLIVEIRA (CRP 06/72530)

Integração entre filosofia, teoria e técnica
para uma formação de excelência

Corpo docente de altíssimo nível

Conteúdo apresentado de forma gradual
em 11 disciplinas e supervisões ao longo
de todo o curso

Inscrições
abertas para a

40^a

turma

público-alvo

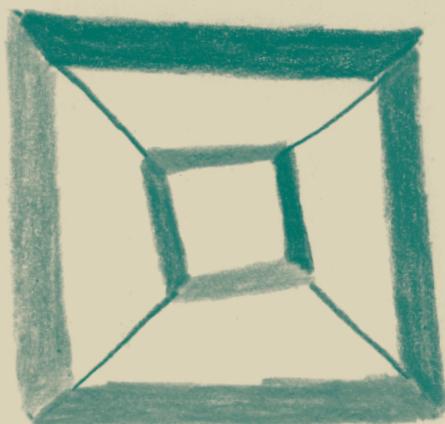
Psicólogos e médicos com residência
em psiquiatria.

duração

1 ano e meio (três semestres)

início

Janeiro de 2025



dias e horários

Aulas quinzenais

sexta das 19h às 21h e

sábado das 8h30 às 18h30

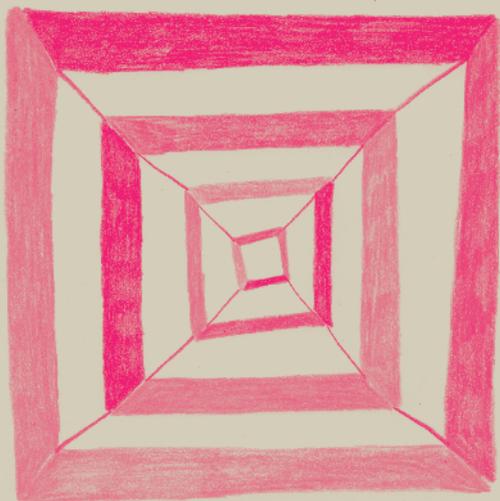
Supervisão de estágio

quintas das 19h à 22h OU

sextas das 15h às 18h

informações

www.institutopar.org



A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Editorial

Queridas e queridos pares,

Ao ter em mãos esta edição, alguns de vocês podem estar pensando: “Por que *Boletim Paradigma*, se agora é Instituto Par? Também fizemos esse questionamento e decidimos que, por ora, nossa querida publicação anual continuará guardando o sobrenome de nascença. Talvez um certo apego às origens, mas tudo bem. Como bem escreveu William Shakespeare, em *Romeu e Julieta*: “O que é um nome? Aquilo a que chamamos de rosa, mesmo com qualquer outro nome, cheiraria igualmente bem”. O que realmente importa é que a essência do nosso *Boletim* continuará sendo publicar conteúdos inspiradores e interessantes para a comunidade de analistas do comportamento.

O *Boletim* é também um espaço no qual recordamos e homenageamos as pessoas que sempre abrilhantaram nossos encontros científicos, se envolveram com a análise do comportamento de forma única e profunda e foram, de algum modo, parceiros do nosso Instituto. Assim, dedicamos esta edição ao professor Isaías Pessotti, cuja inestimável perda deixa um legado coalhado de sabedoria, cultura e um fi-

níssimo humor. Aliás, sugerimos que leiam (ou releiam) a seção “História de vida” do *Boletim Paradigma* de 2012 sobre Isaías, lindamente escrita por Fabiana Guerrelhas. Um tantinho da nossa admiração está esparramado por lá.

Preparamos todo este material com muito carinho, e os colaboradores desta edição se empenharam em trazer conteúdos realmente enriquecedores. Roberto Alves Banaco e Eduardo Sousa Gotti nos conduzem a uma reflexão muito interessante sobre *positividade tóxica* sob uma ótica cultural pós-pandemia. Trilce de Barros Herédia e Candido V. B. B. Pessoa nos presenteiam com uma cuidadosa proposta sobre a estruturação da orientação parental aplicada especialmente ao transtorno do espectro autista (TEA). Para aguçar ainda mais nosso olhar sobre neurodivergências, na nova seção “Com a palavra”, trazemos um texto diferente e muito interessante: “O autista irrita”, escrito por Paulo Silveira, um homem que recebeu o diagnóstico de TEA aos 60 anos de idade.

Temos nesta edição a brilhante resenha de Gabriel Vieira Cândido, fruto de uma leitura

delicada e profunda do livro *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*, organizado por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes e publicado por nossa editora neste ano. Já Henrique Ângelo, *host* do nosso novo *podcast Pareamento*, discorre sobre a importância da disseminação da análise do comportamento e o papel desse tipo de mídia para esse fim.

Candido V. B. B. Pessoa faz dobradinha por aqui, oferecendo o belíssimo ensaio “O mito do artesão”. Na seção de entrevistas, Roberta Kovac convida Yara Nico para uma conversa importante sobre psicoterapia assistida por psicodélicos (PAP). Ana Beatriz Chamati conta para nós sobre a linda trajetória de Jaíde Regra, uma grande referência no universo da terapia infantil. E para aqueles que se interessam por uma fase anterior à parentalidade, vale a leitura do artigo de Cibele Pacheco Gomide e Thais Raposo Desidera, que se debruçam sobre a comunicação de casais que planejam filhos.

Desejamos a vocês uma boa leitura com um afetuoso abraço,

Equipe do Instituto Par

formação em TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO DO BÁSICO AO AVANÇADO

On-line

professores

WILLIAM F. PEREZ (CRP 06/111627)

ROBERTA KOVAC (CRP 06/52287-7)

professores convidados

Ms. Raul Vaz Manzione (CRP 06/129230)

Ms. Desirée da Cruz Cassado (CRP 06/76892)

Ms. Michaele Terena Saban-Bernauer (CRP 06/93611)

Dr. Mônica Valentim (CRP 06/56885)

Manuela O'Connell

início

Janeiro de 2025 (anual)

- Bases conceituais, pesquisas e medidas
- Treino de habilidades e supervisão

público-alvo

psicólogos, psiquiatras e estudantes destas áreas

dedicação semanal exigida

1 encontro online (ao vivo) às segundas-feiras (20h30 - 22h) + 1h30 de aula gravada

carga horária

106 horas

realizador

Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento
Laboratório RFTAC - pesquisa em teoria das molduras relacionais aplicada à clínica

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento

institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Na estante

Resenha: *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*, organizado por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes, Editora Paradigma, 2024

Gabriel Vieira Cândido

De certa forma, a falta de consenso sobre o que é “teórico” reflete uma das características da própria área que, tradicionalmente, dedica-se a pesquisas empíricas. Nessa tradição, os dados ou fatos empíricos seriam os verdadeiros protagonistas do processo de pesquisa, ao passo que a teoria, se aparece em algum momento, seria mera coadjuvante. Há uma razão histórica para esse tipo de encaminhamento por parte da área, que se revela quando entendemos a gênese do sentido filosófico de teoria, proposto pelos gregos. (Lopes & Laurenti, 2004, 17-18)

Em 1959, C. P. Snow, físico e romancista britânico, apresentou uma análise profunda em que apresenta a sua compreensão da oposição entre dois grandes campos do conhecimento que definiu como Ciências e Humanidades em sua obra seminal *Two Cultures and the Scientific Revolution*. O autor denunciou à época uma separação que vai além do âmbito acadêmico, mas influencia de maneira significativa a forma como percebemos e interagimos com o mundo ao nosso redor. Até por fazer parte das duas culturas (Ciências e Humanidades), suas críti-

cas ao isolamento e à oposição entre elas têm sido um tema de debate há décadas, permeando discussões sobre a natureza do conhecimento, sua aplicação e seus impactos na sociedade.



Snow argumentou que, ao longo da história, a Ciência evoluiu como um empreendimento humano moldado por fatores sociais, culturais e históricos, organizando-se como uma prática cultural. Desde sua origem, em esforços para resolver problemas práticos até os avanços teóricos e metodológicos das ciências naturais no século XIX, a Ciência procurou se distanciar de interpretações subjetivas em prol de uma busca da verdade objetiva e universal. Essa abordagem, enraizada no positivismo, definiu a ciência como a busca da compreensão de uma realidade mensurável e desprovida de subjetividade.

Contudo, Snow observou que as Humanidades emergiram como uma exploração das complexidades da experiência humana através da arte, da literatura, da filosofia e da história. Compondo uma cultura distinta das Ciências, as Humanidades valorizariam a subjetividade, a criatividade e a interpretação, oferecendo

Se, do ponto de vista da cultura científica, as Humanidades não constroem conhecimento confiável, do ponto de vista da cultura humanista, elas ampliariam a compreensão do mundo para além dos limites da objetividade científica.

uma perspectiva complexa, multifacetada e interdisciplinar sobre a condição humana. Se, do ponto de vista da cultura científica, as Humanidades não constroem conhecimento confiável, do ponto de vista da cultura humanista, elas ampliariam a compreensão do mundo para além dos limites da objetividade científica.

No entanto, essa dicotomia entre Ciências e Humanidades, como observada por Snow, não se limitava apenas a diferentes formas de conhecimento, mas também refletia diferenças culturais e intelectuais profundas. A cultura científica, caracterizada pelo rigor da análise e pela busca da verdade objetiva, muitas vezes enxerga as Humanidades como atividades sub-

jetivas e menos importantes. Da mesma forma, a cultura humanista, celebrando a criatividade e a compreensão da condição humana, pode perceber a Ciência como uma atividade fria, que limita a compreensão de questões humanas.

A influência duradoura da apresentação de Snow em *Two Cultures and the Scientific Revolution* persiste como um marco crucial no debate sobre a natureza do conhecimento e suas repercussões na sociedade. Destaca-se a urgência de uma integração mais estreita e uma compreensão mútua entre as esferas das Ciências e Humanidades, desafiando a dicotomia que tende a polarizar os campos de conhecimento e a enfraquecer sua interação.

A relevância contínua da obra de C. P. Snow inspira pensadores contemporâneos a buscar um diálogo mais profundo entre as Ciências e as Humanidades. Essa integração é cada vez mais crucial diante dos desafios

complexos do mundo moderno, no qual a colaboração interdisciplinar pode gerar soluções mais abrangentes e inovadoras. Ao reconhecer e valorizar as contribuições únicas de cada uma das culturas, não apenas enriquecemos nosso entendimento, mas também promovemos uma sociedade mais equilibrada e consciente de suas diversas dimensões.

Assim, a obra de C. P. Snow continua a servir como um chamado à ação, incentivando a superação das barreiras artificiais entre as Ciências e as Humanidades. A busca de uma síntese do conhecimento não apenas fortalece nossa capacidade de enfrentar os desafios contemporâneos, mas também alimenta uma cultura de aprendizado contínuo e colaboração, essencial para o progresso humano em um mundo em constante mudança.

Ao longo dos anos, tem se percebido uma significativa evolução na aceitação e no reconhecimento da importância de estudos teóricos, conceituais, históricos e filosóficos no contexto das Ciências. Esse movimento representa um avanço crucial para a integração entre Ciências e Humanidades, desafiando a tradicional dicotomia entre essas áreas do conhecimento.

Os estudos científicos são considerados fundamentais para o desenvolvimento teórico, pois fornecem dados empíricos e observações que sustentam, desafiam e refinam teorias existentes, permitindo avanços no conhecimento e na compreensão dos fenômenos naturais. Aliás, a pesquisa básica tem como principal objetivo a definição de conceitos e a ampliação do conhecimento humano sobre o mundo. Por sua vez, os estudos teóricos desempenham um papel crucial no desenvolvimento científico ao oferecer *frameworks* e modelos que orientam a pesquisa empírica, ajudando a formular hipóteses testáveis e a interpretar resultados de maneira significativa. A cooperação entre investigação empírica e reflexão teórica é, portanto, essencial para o progresso científico, promovendo um ciclo virtuoso de descoberta e inovação.

A ciência empírica pode ser considerada como um empreendimento cujo objetivo é desenvolver conceitos. Através da observação sistemática, da experimentação e da coleta de dados, a ciência empírica busca identificar padrões, formular hipóteses e desenvolver teorias que ajudam a explicar os fenômenos naturais. Esses conceitos são fundamentais para a construção de um corpo de conhecimento que não só descreve a realidade, mas também fornece bases teóricas para prever e manipular eventos no mundo natural. Assim, a ciência empírica contribui significativamente para o desenvolvimento de conceitos que são essenciais para o avanço do conhecimento e da tecnologia.

A ciência contemporânea tem se beneficiado enormemente da inclusão de abordagens teóricas e conceituais. Estudos teórico-conceituais fornecem a base necessária para a formulação de hipóteses, desenvolvimento de modelos explicativos e construção de *frameworks* analíticos que orientam a pesquisa empírica. Reconhecer a importância desses estudos é admitir que a ciência não é apenas um empreendimento de coleta de dados, mas também de construção de sentido e compreensão profunda dos fenômenos investigados.

Os estudos históricos, por sua vez, têm ganhado destaque por sua capacidade de contextualizar o desenvolvimento científico. A história da ciência revela como teorias e práticas científicas evoluíram ao longo do tempo, influenciadas por contextos sociais, culturais e políticos. Esse entendimento histórico é vital para avaliar criticamente o progresso científico e reconhecer as contribuições de diferentes culturas e épocas ao conhecimento científico atual.

A filosofia da ciência tem se tornado cada vez mais relevante, oferecendo ferramentas para a reflexão crítica sobre os fundamentos epistemológicos, ontológicos e éticos da prática científica. Filósofos da ciência discutem questões como a natureza da evidência, a estrutura das teorias científicas, o papel dos valores na ciência e a demarcação entre ciência e pseudociência. Esse campo de estudo enriquece a ciência ao proporcionar uma análise mais profunda sobre como o conhecimento é construído, validado e utilizado.

Além disso, a intersecção entre Ciências e Humanidades tem promovido o desenvolvimento de novas áreas de pesquisa, como a bioética, que explora as implicações morais e éticas das práticas científicas e tecnológicas. A bioética exemplifica como as considerações filosóficas e humanísticas são essenciais para

orientar o progresso científico de maneira responsável e ética.

O livro *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*, organizado por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes, publicado pela Editora Paradigma em 2024, é uma contribuição inestimável nesse debate. A proposta apresentada na obra marca a importância que a teoria tem para a Análise do Comportamento, ao mesmo tempo que propõe um desenvolvimento teórico e conceitual marcado pelo rigor metodológico.

Iniciativa do Grupo de Trabalho de Pesquisa Teórica em Análise do Comportamento vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpepp), esta coletânea apresenta textos de 17 autores que são referências consolidadas no cenário acadêmico da Análise do

Os autores propõem uma nova perspectiva, redefinindo a teoria como uma linguagem que se alinha com o comportamento mantido por uma comunidade verbal, essencial para a evolução das culturas humanas e para a aceleração da transmissão de práticas culturais.

Comportamento no Brasil, de diferentes instituições e de diversas regiões do país. A dispersão geográfica e institucional, por sua vez, já indica a relevância do livro e a importância que o tema apresenta para o campo da Análise do Comportamento, especialmente, no contexto brasileiro, que originou este trabalho.

Organizado com o objetivo de apresentar formas de compreender e desenvolver pesquisas teóricas em análise do comportamento, o livro *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento* combina didática e profundidade, fornecendo dicas práticas para diferentes tipos de pesquisa teórica, como as conceituais, filosóficas, interpretativas, históricas e bibliográficas.

Ao todo, o livro está organizado em oito capítulos, além de Prefácio, Introdução, Apêndice, Índice remissivo, e uma seção sobre os autores. Todos os capítulos apresentam questões metodológicas que orientam tanto o pesquisador em formação quanto o mais experiente, oferecendo *insights* e estruturas de pesquisa que direcionam a escrita científica acerca das teorias.

No Prefácio, Kester Carrara, renomado pesquisador brasileiro na área da análise do comportamento e behaviorismo radical, explora a intersecção entre a análise do comportamento como ciência e o comportamentalismo radical como uma filosofia da ciência. Ele traça a evolução desse campo de conhecimento desde os primórdios do movimento, destacando marcos como os trabalhos de Watson, em 1913, e de Skinner, em 1945, com a publica-

ção de *Análise Operacional de Termos Psicológicos*, além do debate entre Skinner e Boring sobre operacionismo, realizado no mesmo ano. Carrara destaca os pressupostos comparti-

dos pela análise do comportamento e o comportamentalismo radical, como a visão da ciência como uma investigação natural baseada no determinismo probabilístico e no monismo. Também observa a ampliação do campo da análise do comportamento no Brasil, não apenas no aspecto experimental, mas também em estudos conceituais, históricos, éticos e outras formas de investigação teórica.

Na Introdução, Carlos Eduardo Lopes e Carolina Laurenti abordam a dicotomia entre teoria e experimentação no campo da análise do comportamento. Afirmam que os dados experimentais têm historicamente dominado a narrativa científica, ao relegar frequentemente a teoria a um papel secundário. No entanto, os

autores propõem uma nova perspectiva, redefinindo a teoria como uma linguagem que se alinha com o comportamento mantido por uma comunidade verbal, essencial para a evolução das culturas humanas e para a aceleração da transmissão de práticas culturais.

Lopes e Laurenti refutam a compreensão essencialista da teoria ao defender uma reconciliação entre pesquisas empíricas e teóricas. Eles argumentam que as teorias não são imutáveis; ao contrário, são moldadas pelo uso de definições e palavras em contextos variados. Esse entendimento dinâmico da teoria demonstra que o conhecimento teórico é fundamental para a evolução das culturas humanas, uma vez que o comportamento verbal facilita a transmissão de práticas culturais através das gerações.

Os autores também sugerem que a teoria permeia todo comportamento humano, e, como um empreendimento humano, a própria ciência seria um dos produtos do conhecimento teórico, uma vez que é um campo fundamentalmente verbal. Dessa forma, a polarização entre empírico e teórico torna-se inviável. A ciência, vista como um produto do conhecimento teórico e humano, reforça a ideia de que tanto a teoria quanto a experimentação são indispensáveis para o avanço do entendimento e da aplicação no campo da análise do comportamento.

No primeiro capítulo, “Pesquisas sobre Conceitos”, Alexandre Ditttrich, Camila Muchon de Melo, César Antonio Alves da Rocha e Maria Helena Leite Hunziker exploram profundamente a concepção de “conceito” e sua conexão com a vida prática das pessoas. Eles argumentam que os conceitos, entendidos como comportamentos verbais, são formados em diálogo constante com realidade em que as pessoas vivem. Esses conceitos possibilitam novas formas de interação com a realidade, influenciando diretamente o comportamento de outras pessoas.

Os autores destacam que os conceitos são fundamentais para o pensamento e que não são meras descrições de uma realidade previamente existente ou descoberta. Em vez disso, os conceitos científicos são criados através do diálogo com dados empíricos. A verdade de um conceito, segundo os autores, não reside em quanto ele reflete a realidade, mas em quão bem ele permite que as pessoas lidem com aspectos do ambiente (critério pragmático). Dessa forma, embora um conceito não afete o ambiente físico diretamente, ele tem um impacto significativo no comportamento e nas interações humanas.

Além disso, o capítulo faz uma diferenciação entre a linguagem comum e a linguagem científica para destacar a importância da pesquisa conceitual. Os autores apresentam de maneira detalhada os modelos sistemáticos e assistemáticos da pesquisa conceitual, ilustrando suas discussões com exemplos de pesquisas que aplicam esses modelos. Essa abordagem meticulosa ressalta a relevância da pesquisa sobre conceitos e demonstra como a investigação conceitual pode enriquecer nossa compreensão e capacidade de interação com o mundo.

No segundo capítulo, “Pesquisas Filosóficas”, Filipe Lazzeri explora a natureza contínua, disciplinada e argumentativa da filosofia no exame de visões de mundo e teorias. Ele destaca que as visões de mundo são formas de interpretar nossas experiências e o mundo ao nosso redor, influenciando significativamente as práticas científicas. Lazzeri argumenta que problemas filosóficos são essencialmente problemas de visão de mundo, que envolvem compromissos ontológicos, epistemológicos, éticos e lógicos, e que a filosofia se dedica a examinar esses compromissos por meio de técnicas de argumentação e uma análise crítica dos pensamentos.

A pesquisa filosófica, segundo Lazzeri, envolve um pensar sobre pensamentos, pautado por técnicas rigorosas de argumentação, familiaridade com estudos prévios, e explicitação dos aspectos envolvidos nesses pensamentos. Ele enfatiza a importância de avaliar as razões para manter, modificar ou abandonar certas visões, destacando que a filosofia se concentra em problemas não empíricos, exigindo um exercício reflexivo e imaginativo, além de métodos apropriados. O autor apresenta a pesquisa filosófica como um estudo sistemático de temas ligados a problemas filosóficos, abordagens e teorias ao longo da história, e o debate entre diferentes abordagens, oferecendo uma visão abrangente das áreas e subáreas da filosofia, o que facilita a identificação de temas de pesquisa.

Lazzeri também discute a importância da pesquisa filosófica para a formação de uma linguagem que permite às pessoas revisarem a maneira como conduzem e vivem suas próprias vidas. Sugere que a pesquisa filosófica em Análise do Comportamento pode servir como um orientador para pesquisadores, oferecendo possibilidades de focos e objetivos que direcionam a pesquisa. Suas recomendações sobre como conduzir uma pesquisa filosófica são valiosas tanto para iniciantes quanto para pesquisadores experientes, contribuindo para o avanço do campo e possibilitando um aprofundamento significativo das investigações filosóficas na Análise do Comportamento.

No terceiro capítulo, Aécio Borba discute as pesquisas interpretativas, abordando a interpretação tanto como método quanto como objetivo da Análise do Comportamento. Borba explora como as interpretações comportamentais fundamentam-se em critérios que identificam relações funcionais entre uma pessoa, seu ambiente e seus efeitos, enfatizando a importância da utilidade e da coerência teórica dessas

interpretações. Ele define a interpretação como um método essencial para a produção de conhecimento na Análise do Comportamento, utilizando termos e princípios científicos para prever e controlar comportamentos.

Borba argumenta que interpretar significa descrever um fenômeno com base no aparato conceitual desenvolvido pela Análise do Comportamento. No entanto, ressalta que a interpretação não é apenas um método, mas também um objetivo intrínseco da Análise do Comportamento. Segundo o autor, a interpretação está presente em toda a ciência, inclusive na experimental, quando se emitem enunciados após a aferição de dados de pesquisa. Ele reconhece a possibilidade de interpretações baseadas em outros sistemas psicológicos, mas sublinha a necessidade de certos aspectos básicos para que uma interpretação mantenha-se no campo da Análise do Comportamento, como o conceito de comportamento, o modelo causal de seleção pelas consequências e critérios de validade como a utilidade e a coerência da interpretação.

O capítulo também oferece exemplos de pesquisas interpretativas e os motivos que justificam a sua realização. Borba ilustra como essas pesquisas são conduzidas e destaca a importância de manter os critérios de validade no campo da Análise do Comportamento. Ele apresenta a interpretação como uma ferramenta indispensável para entender e prever comportamentos, reforçando a relevância desse método tanto para a produção de conhecimento quanto para a aplicação prática na Análise do Comportamento.

No quarto capítulo, Bruno Angelo Strapasson, Nilza Micheletto e Marcus Bentes de Carvalho Neto abordam a pesquisa histórica no contexto das pesquisas conceituais. Eles enfatizam a importância de compreender a cons-

trução histórica de um conceito, diferenciando o fato passado da escrita sobre ele e adotando procedimentos valorizados pela comunidade de historiadores. Definem a pesquisa histórica como o estudo de qualquer objeto ou discurso localizado no passado, fundamentado em práticas consagradas pela comunidade acadêmica de história. Os autores se preocupam em apresentar razões para se fazer a história de uma disciplina, com especial atenção à história da Análise do Comportamento, relacionando cada razão ao objeto da pesquisa.

Os autores apresentam diferentes perspectivas de análise histórica, como as abordagens continuístas e descontinuístas, internalista e externalista, e presentista e historicista. Do ponto de vista metodológico, destacam critérios fundamentais para a condução de uma pesquisa histórica, debatendo a definição do objeto de estudo e a relevância dos acontecimentos a serem abordados em um estudo histórico. Eles enfatizam a importância de formular um problema de pesquisa claro, bem como os critérios para sua definição. Além disso, o capítulo aborda de maneira detalhada as fontes de informação, diferenciando entre fontes primárias e secundárias, e discutindo o acesso, a seleção e o papel da interpretação e questionamento das fontes.

Por fim, Strapasson, Micheletto e Carvalho Neto destacam o trabalho do pesquisador de tratar os dados coletados ao longo da pesquisa, transformando as informações em um discurso histórico que responda à questão formulada. Ressaltam a importância de converter os dados coletados em uma narrativa coerente e informativa, que não apenas descreva eventos passados, mas também os interprete de maneira significativa para responder ao problema de pesquisa. Esse tratamento cuidadoso das fontes e a elaboração de um discurso histórico rigo-

roso são apresentados como essenciais para a contribuição efetiva da pesquisa histórica à compreensão e ao desenvolvimento da Análise do cComportamento.

No quinto capítulo, “Pesquisas Bibliográficas”, Angelo A. S. Sampaio, Hernando Borges Neves Filho e Nilza Micheletto discutem a condução de pesquisas com fontes bibliográficas. Oferecem orientações práticas sobre a definição do objetivo da pesquisa, escolha de fontes e seleção das publicações, além de ferramentas para a organização das informações. Os autores justificam a importância dos estudos bibliográficos pelo caráter colaborativo e cumulativo da ciência, destacando que a familiaridade com pesquisas e formulações filosóficas ou conceituais anteriores é fundamental para qualquer investigação.

O capítulo aborda diferentes tipos de revisões bibliográficas, como revisão de pesquisa empírica, revisão teórica, estado da arte e revisão histórica. Sampaio, Neves Filho e Micheletto apresentam aspectos metodológicos essenciais para a organização de uma pesquisa bibliográfica, começando pela definição prévia do objetivo da pesquisa. A partir desse ponto de partida, todas as decisões subsequentes são tomadas para atender ao objetivo definido. Os autores destacam a importância da seleção de publicações, considerando as bases de dados, os tipos de publicação e a escolha de termos para busca e seleção das publicações.

Uma das grandes contribuições do capítulo é a introdução do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) como ferramenta de padronização para o relato de revisões sistemáticas, originalmente utilizado nas ciências da saúde, e que fornece diretrizes norteadoras tanto para a leitura das publicações incluídas no estudo quanto para a condução de revisões sistemáticas. Essas diretrizes visam garantir que a pes-

quisa bibliográfica seja conduzida de maneira rigorosa e organizada, contribuindo significativamente para a qualidade e a credibilidade dos estudos na Análise do Comportamento.

Enquanto os capítulos um ao cinco do livro discutem diferentes formas de pesquisa teórica, o sexto capítulo, de Carolina Laurenti, Carlos Eduardo Lopes, Gabriel Gomes de Luca e Aécio Borba, oferece uma orientação detalhada sobre como elaborar um projeto de pesquisa teórica. Focado na submissão de projetos para financiamento, esse capítulo aborda a construção do projeto desde a definição da teoria até a execução, passando pela formulação do problema de pesquisa e objetivos. Os autores fornecem fluxogramas que delinham a estrutura básica de um projeto de pesquisa e a construção específica de um projeto de pesquisa teórica, oferecendo orientações valiosas tanto para pesquisadores iniciantes quanto para os mais experientes.

A estrutura básica de um projeto de pesquisa, conforme propôs os autores, é composta de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Os elementos pré-textuais incluem capa, folha de rosto, resumo e sumário. Nos elementos textuais, são discutidos a introdução, as justificativas, os objetivos, o método e o cronograma. Finalmente, os elementos pós-textuais abrangem referências e anexos. O capítulo enfatiza a importância de cada uma dessas seções na criação de um projeto de pesquisa bem-estruturado e coerente, destacando que uma apresentação organizada pode aumentar significativamente as chances de obtenção de financiamento.

Nos elementos textuais, o capítulo se aprofunda na definição da teoria a ser investigada, na escolha de um tema específico dentro dessa teoria e na sistematização das informações sobre o tema. A redação do texto do projeto é abordada com orientações práticas que ajudam

a garantir clareza e rigor. Os autores discutem a importância de uma escrita precisa e articulada, capaz de comunicar de forma eficaz as intenções e a relevância da pesquisa proposta. Essas diretrizes práticas são fundamentais para orientar os pesquisadores na elaboração de projetos teóricos robustos e bem fundamentados, que contribuam significativamente para o campo da Análise do Comportamento.

No sétimo capítulo, Diego Zilio utiliza uma abordagem em primeira pessoa para criar uma comunicação direta com o leitor, oferecendo sugestões e direcionamentos para a escrita acadêmica em pesquisas teóricas. Ele distingue entre escrita criativa e acadêmica, fornecendo dicas práticas para a organização do texto e as fases da escrita, além de tabelas que resumem discussões e reflexões, servindo como guia tanto para iniciantes quanto para pesquisadores experientes. Zilio enfatiza a importância de uma escrita clara e bem-estruturada, que facilita a compreensão e a comunicação das ideias.

O autor apresenta a ideia de contar a história do próprio texto, oferecendo uma contextualização que situa o leitor sobre o que está por vir. Destaca a importância de incluir informações periféricas ao tema principal, justificar a pertinência do tema, apresentar o objetivo do texto e delinear o itinerário que o leitor percorrerá. Após a contextualização, a escrita deve desenvolver uma argumentação sólida que demonstre e justifique a tese apresentada. Essa argumentação é essencial para conectar a contextualização à conclusão de forma clara e direta, construindo um caminho lógico e persuasivo.

Zilio detalha as diferentes fases da escrita, oferecendo sugestões práticas para cada etapa: criação de títulos e esquemas, estabelecimento de um itinerário detalhado para o texto, escrita não editada (livre), definição de uma rotina de trabalho e metas. Fornece orientações

para a precisão e robustez da argumentação, como aderência empírica e lógica, consistência interna e externa, fichamentos, citações e referências. Além disso, sugere práticas para aumentar a precisão do texto, como definir conceitos claramente, evitar prolixidade e praticar o “nariz de cera”. Em relação à coesão do texto, recomenda consistência no uso dos termos, evitar saltos lógicos, descrever processos e manter um estilo cativante, garantindo assim que o texto acadêmico seja claro, coerente e envolvente.

No oitavo capítulo, “Elementos Introdutórios de Lógica: Argumentos, Definições e Falácias”, Filipe Lazzeri e Gabriel Gomes de Luca discutem diversos tipos de argumentos, definições e falácias, oferecendo ferramentas essenciais para aprimorar habilidades analíticas e argumentativas dos pesquisadores. Os autores definem argumento como um elemento necessário no fazer científico, destacando que é fundamental para cientistas identificar, reconstruir, examinar e formular argumentos e seus componentes, como conceitos e definições.

Os argumentos são descritos como frases declarativas que afirmam ou negam algo e podem ser verdadeiras ou falsas. A função de um argumento é derivar ou apoiar proposições, que são as conclusões. Lazzeri e Luca abordam uma ampla gama de características dos argumentos, explicando que as proposições são os ingredientes básicos desses argumentos. Elucidam que um argumento consiste em uma sequência finita de proposições (premissas e conclusões), na qual as premissas fornecem razões para acreditar que a conclusão é verdadeira. O capítulo se destaca pela apresentação de tabelas objetivas e bem organizadas com exemplos de conectivos usuais em proposições, incluindo negação, conjunção, disjunção, implicação e bicondicional.

Além disso, o capítulo categoriza os tipos de argumentos em dedutivos, indutivos e abutivos, e explora as definições, classificando-as quanto ao foco, função e técnica, além de fornecer critérios para uma boa definição. Os autores também discutem falácias, diferenciando-as entre formais e informais. Essas seções são cruciais para ajudar os leitores a identificar erros de raciocínio e melhorar a clareza e a precisão em suas próprias argumentações científicas. Assim, o capítulo contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades lógicas e argumentativas fundamentais para a pesquisa teórica em Análise do Comportamento.

Nos Apêndices, Cândido V. B. B. Pessoa explora os ensaios como uma forma distinta de discurso, diferenciando o discurso artístico do científico e propondo que os ensaios podem evocar uma variabilidade de pensamento conceitual. Sugere que os ensaios servem como um ponto de encontro entre a ciência e a arte, permitindo uma flexibilidade e criatividade que muitas vezes não são possíveis em outros tipos de escrita científica. Essa abordagem destaca a capacidade dos ensaios de rearranjar as ideias do leitor em novas configurações, contribuindo para a técnica de resolução de problemas com seu poder heurístico de pensar em novas possibilidades para a ciência, filosofia ou arte.

Pessoa diferencia claramente entre ensaios e tratados. Enquanto os tratados apresentam um conjunto de ideias centrais contidas em sistemas filosóficos, os ensaios têm a função específica de provocar variabilidade no pensamento. Eles não seguem a estrutura rígida dos tratados, mas têm como objetivo reorganizar as ideias do leitor, promovendo novas perspectivas e caminhos a serem explorados. Os ensaios pretendem desafiar as percepções existentes e abrir espaço para inovação e descoberta, sendo uma ferramenta valiosa para a exploração conceitual.

A forma esperada para os ensaios, conforme discutido por Pessoa, segue critérios lógicos rigorosos, sem espaço para contradições. Os ensaios começam com uma apresentação enérgica da demanda, mas diferem de outros tipos de textos científicos por não incluir seções como introdução, método, resultados e discussão. Essa estrutura única permite que os ensaios sejam mais fluidos e adaptáveis, focando diretamente a exploração e argumentação das ideias. Dessa maneira, os ensaios se destacam como um meio eficaz de fomentar a criatividade e a variabilidade conceitual, desempenhando um papel crucial no avanço do pensamento científico e filosófico.

Com um índice remissivo auxiliando o leitor a identificar temas de interesse, *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento* destaca-se como uma obra fundamental para a inclusão definitiva das pesquisas teóricas na esfera das Ciências, alinhando-se à discussão apresentada por Snow ao debater a importância de integrar Ciências e Humanidades.

Por fim, esse livro, organizado por Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes, oferece uma contribuição inestimável ao debate iniciado por C. P. Snow em 1959, ao evidenciar a importância das abordagens teóricas da Análise do Comportamento. Através de uma organização meticulosa e de uma abordagem didática e profunda, o livro redefine a posição das pesquisas teóricas, não como meras coadjuvantes, mas como pilares fundamentais do desenvolvimento científico. Com isso, contribui muito para uma maior integração entre o conhecimento empírico e teórico em Análise do Comportamento.

Ao explorar e valorizar os aspectos conceituais, filosóficos, históricos e bibliográficos da pesquisa teórica, essa obra promove uma integração essencial entre as Ciências e as Humanidades. Demonstra que a Ciência, em

sua busca da verdade objetiva, pode e deve se beneficiar da riqueza interpretativa e crítica proporcionada pelas Humanidades. Cada capítulo é uma prova de que o rigor metodológico e a criatividade interpretativa não são excludentes, mas complementares.

Os organizadores da obra, Laurenti e Lopes, não apenas destacam a relevância da teoria para a prática científica, mas também mostram como essa pode ser uma linguagem viva, moldada pela comunidade verbal e essencial para a evolução cultural. Ao iluminar a intersecção entre teoria e prática, Ciências e Humanidades, *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*, essa obra se estabelece como fundamental, alinhando-se à visão de Snow sobre a necessidade de uma integração profunda entre esses domínios do conhecimento.

Portanto, esse livro não apenas enriquece a Análise do Comportamento com suas contribuições teóricas, mas também reforça a importância de um diálogo contínuo e frutífero entre as duas culturas. Ao fazer isso, pavimentamos o caminho para um futuro em que os conhecimentos empírico e teórico possam caminhar juntos, cada um fortalecendo o outro, em uma busca conjunta de um entendimento mais completo e profundo do mundo e da condição humana.

Além disso, ao destacar a importância da interdisciplinaridade, o livro incentiva uma abordagem mais abrangente na análise do comportamento humano, reconhecendo que fenômenos complexos muitas vezes exigem uma variedade de perspectivas para uma compreensão mais completa. Os organizadores e autores não apenas traçam os contornos teóricos da análise do comportamento, mas também oferecem um convite à reflexão sobre seu impacto prático e ético na sociedade contemporânea.

Ao longo das páginas dessa coletânea, emerge uma narrativa que transcende as fron-

teiras acadêmicas, convidando não apenas os estudiosos da Análise do Comportamento, mas também os profissionais de diversas áreas a repensar suas abordagens e preconceitos. O diálogo entre teoria e prática, Ciências e Humanidades, não só enriquece o conhecimento científico, mas também lança as bases para uma sociedade mais empática e compreensiva.

Em última análise, *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento* não é apenas um livro, é um chamado à ação. Convida-nos a abandonar as limitações de nossa visão atual e a nos aventurarmos em territórios desconhecidos, explorando novas maneiras de compreender e interagir com o mundo ao nosso redor. É uma obra que ecoa além das páginas, ecoando nos corredores das universidades, nos consultórios de psicologia e nas salas de aula de todo o mundo, inspirando uma nova geração de pensadores e agentes de mudança. ■

Referências

Snow, C. P. (1959). *Two cultures and the scientific revolution*. Cambridge University Press.

Gabriel Vieira Cândido é psicólogo, mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (USP/RP). Atua nas áreas de história e filosofia da análise do comportamento e de terapia analítico-comportamental.

ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE DE COMPORTAMENTO APLICADA À INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PARENTALIDADE

presencial com transmissão online*

coordenação

DRA. CLARISSA MOREIRA PEREIRA (CRP 06/85338)

DRA. ADRIANA ROSSI (CRP 06/103610)

DRA. PAULA FERREIRA BRAGA PORTO (CRP 06/8505)

duração

3 semestres

público-alvo

Profissionais da saúde da infância e adolescência**

início

janeiro de 2025

dias e horários

aulas teóricas semanais

Sextas-feiras, das 13h às 17h15, semanalmente (Módulo 1)

Sextas-feiras, das 8h30 às 12h45, semanalmente (Módulos 2 e 3)

supervisão

Quinzenal, com 3 horas de duração, apenas na modalidade online (verificar horários de turmas disponíveis no site)

Possibilidade de estágio/atendimento complementar na Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP.

Possibilidade de cursar as disciplinas como curso de extensão.

**Estudantes de psicologia, psiquiatria, da área da saúde e educação, a partir do 4º ano de graduação.

*Sem gravação (os alunos deverão se matricular em uma das duas modalidades apenas)

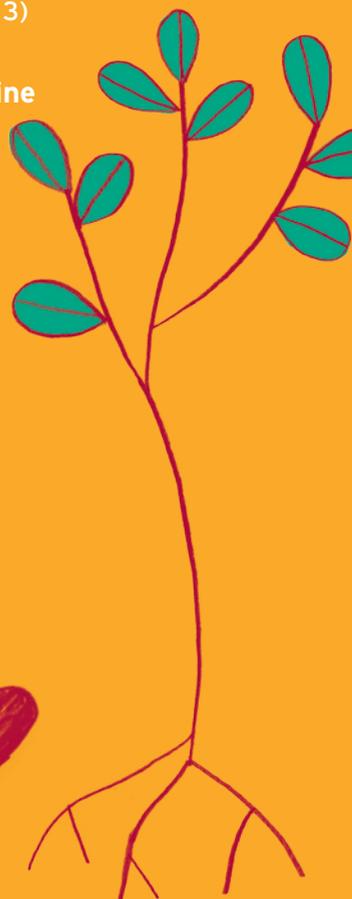
A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições

informações

www.institutopar.org



instituto par
ciências do comportamento



Produtos técnicos do mestrado em análise do comportamento aplicada

Uma proposta de estrutura para orientação parental

Trilce de Barros Heredia, Candido V. B. B. Pessôa

A análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista (ABA-TEA) estuda o envolvimento de pais na intervenção terapêutica há muitos anos. Esses estudos apontam continuamente a necessidade de incluir as famílias no processo terapêutico (Carneiro et al., 2020; Ferreira et al., 2022; Verschuur et al., 2019). Kazdin (1985) destaca dois objetivos principais para capacitar os pais. O primeiro é ensiná-los habilidades específicas para transformações comportamentais no indivíduo em tratamento. O segundo é facilitar a generalização para o ambiente extraclínico (fora da clínica e sem a presença de clínicos) dos comportamentos aprendidos na terapia ou nos treinos parentais (Baer & Wolf, 1987). Outro ponto a ser destacado é obter informações referentes ao indivíduo que a família pode apresentar, por conhecer sua história de aprendizagem comportamental e suas preferências, podendo, assim, poder conduzir procedimentos e análises das contingências em um número variado e extenso de ambientes (The Council of Autism Service Providers [TCASP], 2022). Verifica-se, portanto, ser

fundamental abordar as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos pelos pais durante o programa de capacitação. Capacitá-los adequadamente não apenas impacta o comportamento das crianças, mas também fortalece a capacidade dos pais de lidar com os desafios diários (Lopes et al., 2021).

Dois formas são bastante frequentes na capacitação de pais de filhos em tratamento: orientação parental (OP) e treino parental. Na literatura sobre ABA-TEA, há amplas evidências da eficácia do treino parental, mas nota-se uma escassez de material referente à OP (Bearss et al., 2015; Iadarola et al., 2018). Além disso, durante a busca de evidências sobre a eficácia da OP, as nomenclaturas “orientação” e “treino” tendem a se misturar, assim como suas funções ao longo das pesquisas (Stadler, 2023; Bearss et al., 2015). É importante, portanto, diferenciar claramente os dois processos, destacando características e objetivos distintos. A Tabela 1 apresenta uma síntese das diferenças entre OP e treino parental, com base em Bearss et al. (2015), Del Prette et al. (2020), TCASP (2022) e Wong et al. (2013).

Tabela 1. Diferenças entre orientação parental e treino parental

Treino parental	Orientação parental
Análise do comportamento-alvo por observação direta do terapeuta.	Análise do comportamento-alvo por relato verbal dos pais.
Capacitação didática, em que o terapeuta instrui, dá modelo e modela os pais na aplicação de estratégias comportamentais.	Capacitação por meio de relato verbal, com o terapeuta explicando oralmente a implementação de uma estratégia comportamental.
Em muitos casos, é prevista a presença da criança.	Não é prevista a presença da criança.
Número de encontros determinados e com objetivo bem-definido.	Nem sempre os números de encontros são determinados, podendo ser encontros contínuos, que tratam de vários objetivos.
Durante o treino, o terapeuta evoca e reforça a emissão dos comportamentos treinados.	O terapeuta evoca e reforça relatos sobre a emissão dos comportamentos treinados fora do ambiente terapêutico
As mudanças nas práticas parentais são observáveis e mensuradas no momento da sessão.	As mudanças nas práticas parentais são descritas verbalmente pelos pais ou visualizadas em filmagens.
O terapeuta analisa as funções de estímulos na relação pai-filho durante a sessão, em tempo real.	O terapeuta interpreta as funções de estímulos na relação pai-filho, sem julgamento, com base no relato verbal dos pais ou filmagens apresentadas.
Os comportamentos do terapeuta podem ser antecedentes ou consequentes aos comportamentos de pais e filho durante a emissão dos comportamentos-alvo.	Não há presença do terapeuta como antecedente ou consequente nos comportamentos descritos pelos pais.
Programação da generalização dos comportamentos treinados para ocorrência em ambiente extraclínico.	Monitoramento indireto da generalização dos comportamentos treinados em ambiente extraclínico.
Ensinar os pais a fazer hipóteses funcionais sobre como seus comportamentos afetam os comportamentos do filho.	Terapeuta e pais fazem a discussão das hipóteses funcionais trazidas pelos pais sobre como seus comportamentos afetam os comportamentos do filho.

A partir da Tabela 1, é possível compreender que o treino de pais e a OP cumprem objetivos distintos. Observa-se que ambos implementados de maneira combinada apresentam uma eficiência maior do que se utilizados como substitutos um do outro (Lopes et al., 2021; Stadler 2023). Pode-se também reparar que na última linha da tabela há um exemplo de objetivo para o treino parental (ensinar os pais a fazer hipóteses funcionais sobre

os comportamentos dos filhos) e do uso desse comportamento nas OPs. Esse é um exemplo relevante porque ilustra de forma precisa a necessidade tanto de treinos quanto de OPs.

Além das comparações apresentadas na Tabela 1, a OP deve cumprir outro objetivo importante, a psicoeducação dos pais (Del Prette et al., 2020). A psicoeducação se expressa durante as OPs no auxílio à família para ajuste das expectativas com relação ao desenvolvimento da

criança e aos processos terapêuticos. Também se expressa nas informações de qualidade e atualizadas sobre programas terapêuticos eficazes e de evidências científicas sólidas. Considera-se também como psicoeducação o suporte com informações ao longo do tratamento, no que se refere a necessidades e direitos educacionais e médicos da pessoa em tratamento.

Em resumo, o treino parental é uma intervenção direcionada ao processo de ensino e aprendizagem de habilidades e técnicas específicas. Já a OP é um momento de suporte e informação para os pais lidarem com os desafios de cuidar de uma criança com TEA e de coletar informações relevantes para os terapeutas poderem implementar intervenções mais efetivas para as crianças. As duas intervenções são importantes para capacitação dos pais, e a comparação delas como substitutas torna-se incongruente, visto que os objetivos delas são distintos.

Estrutura para sessões de orientação parental

Em sua revisão, Stadler (2023) afirma não ter encontrado uma estrutura bem-definida de como deve ser uma sessão de OP, o que corrobora nossa pesquisa na literatura até aqui investigada. Portanto, apresenta-se a seguir uma proposta de etapas para estruturar sessões de OP.

Cada sessão de OP deve ter uma duração mínima de 50 minutos e ser realizada preferencialmente em encontros semanais ou com um intervalo máximo de 15 dias entre uma sessão e outra. A frequência semanal deve-se ao fato de que uma das ferramentas propostas na estrutura é o uso de *feedback*, e a literatura aponta que a eficácia do *feedback* está relacionada com a frequência com que ele ocorre (Daniels & Bailey, 2014), sendo bem menor quando a frequência é superior a uma semana. Assim,

mesmo iniciando em uma frequência quinzenal, o objetivo é que as OPs sejam semanais assim que a aderência dos pais permitir.

Recomendações gerais para uma orientação parental efetiva

A OP deve ocorrer em um momento flexível, no qual os pais possam discutir as demandas do dia a dia que não estão incluídas no Plano de Intervenção Comportamental. É crucial que o terapeuta ofereça orientações personalizadas, abordando questões específicas, respondendo a perguntas e adaptando estratégias de acordo com as necessidades únicas da família.

Estabelecimento de vínculo: criar um ambiente de confiança e empatia, validando as preocupações dos pais e evitando o uso de consequências aversivas. O objetivo é o terapeuta reforçar positivamente os comportamentos dos pais, principalmente aqueles relacionados ao comparecimento às OPs e ao relato fidedigno dos acontecimentos no ambiente extraclínico. O próprio terapeuta deve se tornar um reforçador para os pais.

Coleta de informações: ouvir atentamente os pais enquanto compartilham suas preocupações e fazer perguntas direcionadas para obter informações relevantes.

Compartilhamento de informações relevantes: oferecer informações sobre serviços ou programas disponíveis, bem como abordagens para o desenvolvimento da pessoa em tratamento. Isso pode incluir sugestões a consultas a profissionais de diferentes especialidades, incorporação de atividades complementares à vida da criança e abordagem de questões educacionais.

Apresentação acessível da análise do comportamento: apresentar informações aos pais

de maneira acessível, usando uma linguagem compreensível a leigos, independentemente do conhecimento prévio em análise do comportamento.

Desenvolvimento de um plano: apresentar um plano previamente elaborado para discussão com os pais, buscando alinhar uma validação social que atenda às necessidades da pessoa em tratamento e de sua família.

Resposta às perguntas: responder às perguntas dos pais de forma clara e objetiva, garantindo que eles compreendam completamente as informações fornecidas.

Garantia da compreensão dos pais: ao expli-

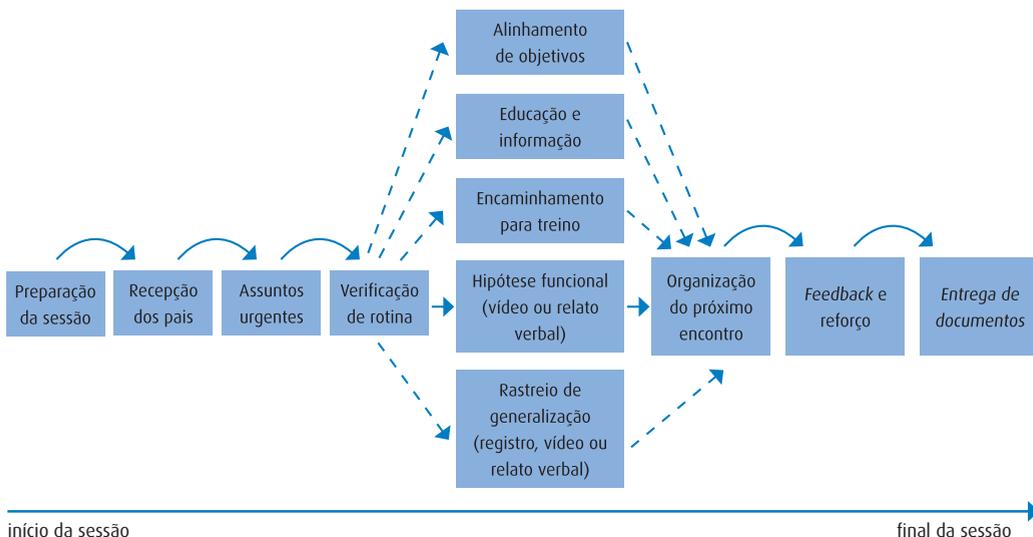
car ou ensinar algo aos pais durante uma OP, avaliar o conhecimento prévio deles. Após a intervenção, é importante verificar se os pais compreenderam as propostas.

Elaboração de documento: sempre que fornecer orientações aos pais, criar um documento com todas as orientações, permitindo aos pais que o consultem posteriormente.

Elementos fixos de uma sessão de orientação parental

Para garantir que cada sessão seja reconhecida como um conjunto de procedimentos de OP, é essencial que as etapas estejam presentes em todos os encontros e de forma sequencial, como sugerido nas caixas horizontais da Figura 1.

Figura 1. Etapas sequenciais de uma sessão de orientação parental



Nota: As caixas dispostas horizontalmente correspondem às etapas fixas de uma sessão de OP, enquanto as caixas dispostas verticalmente correspondem ao conjunto de etapas que podem ou não ocorrer em uma sessão.

Etapa 1 – Preparação da sessão: o terapeuta analisa relatórios anteriores, estabelece objetivos claros para a sessão e organiza informações necessárias, preparando materiais de apoio.

Etapa 2 – Recepção dos pais: cumprimento entre terapeuta e família, com reconhecimento e reforço da presença dos pais na sessão.

Etapa 3 – Assuntos urgentes: o terapeuta aborda questões urgentes levantadas pela família, respondendo a perguntas e elucidando dúvidas.

Etapa 4 – Verificação de rotina: o terapeuta elucida dúvidas e discute ajustes na rotina da criança, se necessário.

Etapa 5 (variável de acordo com o objetivo proposto) – Temas planejados para a sessão: apresentação dos temas previamente planejados para a sessão, conforme objetivos definidos (veja as etapas 5.1 a 5.5 adiante).

Etapa 6 – Organização do próximo encontro: estabelecimento, junto com a família, dos temas a serem abordados na próxima sessão de OP.

Etapa 7 – Feedback e reforço: compartilhamento de *feedback* da sessão e solicitação de *feedback* dos pais sobre os tópicos discutidos. Apresentação de reforço pela presença e engajamento na sessão de OP.

Etapa 8 – Entrega de documentos: entrega aos pais de um resumo dos tópicos discutidos e planejados para o próximo encontro.

Elementos variáveis de uma sessão de orientação parental

Durante a Etapa 5 da estrutura proposta anteriormente, a sessão de OP abrange diversos objetivos. Cada objetivo pode ser aplicado de forma complementar ou independente, dependendo das necessidades da família.

O engajamento dos pais nas estratégias propostas é fortalecido quando eles participam ativamente do estabelecimento dos objetivos, facilitando a identificação do progresso dos comportamentos-alvo ao longo do tempo.

Etapa 5.1: Alinhamento de objetivos entre terapeuta e família

O terapeuta alinha os objetivos terapêuticos identificados pela equipe com as necessidades dos pais para personalizar o suporte de acordo com as características únicas de cada família. O engajamento dos pais nas estratégias propostas é fortalecido quando eles participam ativamente do estabelecimento dos objetivos, facilitando a identificação do progresso dos comportamentos-alvo ao longo do tempo.

Eis um passo a passo dessa etapa:

- a. Apresentação dos objetivos identificados: o terapeuta expõe os objetivos identificados pela equipe a partir da avaliação da pessoa em tratamento e das estratégias a serem utilizadas para atingir esses objetivos, garantindo que compreendam as razões por trás das escolhas.
- b. Levantar os objetivos dos pais: o terapeuta dialoga com os pais sobre a pertinência dos objetivos e estabelecimento de hierarquia de intervenções.
- c. Decidir em conjunto: o terapeuta define, em conjunto com os pais, os alvos (incluindo critérios de proficiência) para cada objetivo proposto. É importante determinar um número máximo de objetivos a serem abordados simultaneamente, bem como um período predefinido.

Etapa 5.2: Educação e informação

A educação e as informações na OP são cruciais para os pais aumentarem a eficácia no desenvolvimento dos filhos em tratamento. Também permitem aos pais que tomem decisões informadas, ajustem suas expectativas em relação à pessoa em tratamento, otimizem recursos disponíveis, atualizem-se a respeito das possibilidades de tratamento e exerçam os direitos relativos às pessoas com TEA.

Eis um passo a passo dessa etapa:

- a. Exposição das informações: o terapeuta fornece aos pais informações pertinentes.
- b. Acessibilidade nas informações: o terapeuta proporciona aos pais acesso a leituras, a *slides* e a vídeos que exemplificam as informações abordadas.
- c. Garantia da compreensão dos pais: antes de apresentar o conteúdo, o terapeuta avalia o conhecimento prévio dos pais. Após a exposição, verifica se compreenderam o material. Caso contrário, o processo é repetido desde o início.

Etapa 5.3: Encaminhamento para o treino parental

Nesta etapa, os pais são encaminhados para treino sempre que o terapeuta identifica déficit no repertório deles para realizar atividades alinhadas com os objetivos terapêuticos. Isso inclui a verificação do déficit de repertório dos pais, a informação dos objetivos propostos para o treino, dos benefícios que serão obtidos para todos os envolvidos e a obtenção de assentimento de que o treino é relevante.

Etapa 5.4.1: Hipótese funcional orientada por análise de vídeo

Visando à identificação de comportamentos a

serem trabalhados com o indivíduo com TEA na terapia, os pais observam o filho em situações em que acreditam ser necessário fazer mudanças e trazem essas observações para a OP em formato de vídeo. Os pais têm a oportunidade de expor suas hipóteses funcionais sobre os comportamentos que destacam e de receber *feedback* do terapeuta posteriormente. O passo a passo dessa etapa envolve:

1. Seleção do vídeo: o terapeuta deve escolher um vídeo que capture uma situação relevante ao caso.
2. Observação detalhada: o terapeuta assiste ao vídeo atentamente, examinando tanto as ações da criança quanto as dos pais, registrando as informações objetivas, como diálogos, gestos e expressões.
3. Identificação dos antecedentes: o terapeuta deve reconhecer os eventos ou contextos que precedem a ação da criança, incluindo ações dos pais, estímulos do ambiente físico ou interações sociais.
4. Descrição da ação: o terapeuta deve detalhar o comportamento exibido pela criança, incluindo suas ações, palavras e expressões faciais.
5. Análise das consequências: o terapeuta deve analisar as consequências imediatas para o comportamento da criança, como as reações dos pais ou mudanças no ambiente após o comportamento.
6. Formulação de hipótese funcional: com base nas informações coletadas, o terapeuta elabora uma hipótese da função do comportamento (antecedentes, ação da criança e consequências produzidas).

7. Implementação e acompanhamento: com base na hipótese funcional, o terapeuta orienta os pais na implementação de estratégias recomendadas, monitorando os resultados nas sessões seguintes e adaptando as intervenções conforme a evolução.
8. *Feedback*: o terapeuta fornece *feedbacks* construtivos e específicos sobre os comportamentos dos pais analisados no vídeo, identificando pontos fortes e áreas de ajustes, auxiliando os pais a compreenderem como suas ações influenciam o comportamento da criança.
9. Elaboração de documento: com base nas orientações fornecidas aos pais, o terapeuta cria um documento de registro das orientações e o entrega aos pais para consultas posteriores.

Etapa 5.4.2: Hipótese funcional orientada por relato verbal

Esta etapa tem o mesmo objetivo da anterior, entretanto, com base no diálogo entre pais e terapeuta.

1. Perguntas direcionadas para levantamento de alvo: o terapeuta formula perguntas para evocar nos pais falas de compartilhamento dos problemas.
2. Perguntas direcionadas para levantamento de hipótese funcional: o terapeuta deve realizar perguntas que evoquem descrições dos elementos das tríplexes contingências dos comportamentos da criança.
3. Formulação da hipótese funcional: com base nas informações fornecidas, o terapeuta desenvolve uma hipótese funcional.
4. Consentimento: após a formulação da hipótese funcional, o terapeuta irá verbalizá-

-la, parafraseando as narrativas trazidas pelos pais, conforme a sua compreensão, e verificando se a hipótese é compreensível e significativa para eles, aumentando a probabilidade de envolvimento colaborativo.

5. *Feedback*: o terapeuta fornece um *feedback* específico sobre os comportamentos dos pais, auxiliando-os a compreender como suas ações influenciam o comportamento da criança e identificando pontos fortes e áreas que necessitam de ajustes.
6. Elaboração de documento: com base nas orientações fornecidas pelos pais, o terapeuta cria um documento de registro das orientações e o entrega aos pais para consultas posteriores.

Etapa 5.5.1: Rastreo de generalização por registro

Nesta etapa, procura-se rastrear a generalização dos comportamentos ensinados durante o treino parental e dos ensinados à criança durante a terapia. É de suma importância realizar alguma forma de mensuração dos comportamentos das crianças quando os pais estão implementando as estratégias recomendadas. Se os pais não são capazes de fazer registros, é fundamental que o terapeuta os acompanhe, pelo menos parcialmente, por meio de observações enquanto os pais estão lidando com situações envolvendo o filho, que é o foco da OP. Estes são os elementos envolvidos nessa etapa:

1. Descrever o comportamento-alvo: o registro deve incluir uma descrição precisa do comportamento específico que está sendo monitorado.
2. Descrever o que é esperado que os pais registrem em termos de informações: o registro deve especificar a que aspecto com-

portamental o pai deve prestar atenção ao preenchê-lo. Por exemplo, se ele deve fornecer informações relacionadas a horários, ações, localizações ou outros contextos aos quais a criança está exposta.

3. **Precisão e objetividade:** o registro deve ser redigido de modo que qualquer pessoa leiga em análise do comportamento possa compreendê-lo facilmente. O formulário também deve ser de preenchimento simples, a fim de não representar uma ação concorrente das responsabilidades dos pais em relação à criança. A simplicidade do documento deve ser validada pelos próprios pais, uma vez que eles serão os responsáveis por preenchê-lo.
4. **Compartilhamento da análise dos dados:** durante a OP, o terapeuta deve compartilhar as conclusões derivadas dos dados coletados pelos pais, promovendo uma avaliação conjunta sobre a ocorrência da generalização rastreada.
5. **Feedback:** o terapeuta fornece um *feedback* específico sobre os comportamentos dos pais, auxiliando-os a compreender como suas ações influenciam o comportamento da criança e identificando pontos fortes e áreas que necessitam de ajustes.

Etapa 5.5.2: Rastreo de generalização por vídeo

Outra opção de rastreo de generalização é a filmagem dos comportamentos-alvo de pais e da criança. O terapeuta seleciona um comportamento específico que está sendo alvo de intervenção para a criança ou que foi alvo de treinamento parental. Durante a análise desse vídeo, o terapeuta pode identificar comportamentos que foram previamente ensinados em diferentes

contextos e que agora estão sendo demonstrados de forma generalizada. É importante destacar que essa generalização pode ser identificada mesmo que a análise do vídeo inicialmente tenha sido conduzida com outros objetivos terapêuticos. Eis o passo a passo dessa etapa:

1. **Seleção do vídeo:** o terapeuta escolhe um vídeo que seja relevante para analisar o comportamento-alvo da criança.
2. **Observação detalhada:** o terapeuta assiste ao vídeo examinando atentamente as ações da criança e/ou dos pais. Durante essa análise, são identificados comportamentos previamente treinados no contexto apresentado.
3. **Descrição da ação:** cada comportamento exibido é minuciosamente descrito e são fornecidas explicações sobre as oportunidades que facilitaram a demonstração desses comportamentos.
4. **Registro de informação:** o terapeuta registra na sua documentação a identificação de comportamentos generalizados pela criança.

Etapa 5.5.3: Rastreo de generalização por relato verbal

Durante um relato verbal dos pais, o terapeuta pode identificar informações relacionadas a comportamentos que foram previamente ensinados em diferentes contextos e que agora estão sendo demonstrados de forma generalizada. Essa generalização pode ser identificada mesmo em conversas inicialmente conduzidas com outros objetivos terapêuticos.

1. **Identificação de comportamentos generalizados:** o terapeuta escuta atentamente o relato dos pais, identificando descrições de comportamentos generalizados pela criança.

2. Perguntas direcionadas para levantamento de informações: o terapeuta pede especificamente para os pais descreverem detalhes do comportamento do filho, a fim de identificar as generalizações.
3. Descrição da ação: cada generalização identificada é minuciosamente descrita para os pais, destacando as oportunidades que facilitaram a demonstração desses comportamentos.
4. Registro de informação: o terapeuta documenta a identificação de comportamentos generalizados pela criança, registrando essas informações em seus registros clínicos.

Considerações finais

A elaboração desse conjunto de procedimentos para a implementação da orientação parental é um componente da dissertação de mestrado da primeira autora, que ainda está em andamento, sendo agora o momento de avaliar sua eficácia. Sendo assim, gostaríamos que o leitor avaliasse uma característica importante da estrutura proposta, o reforço no início e no final de todas as sessões de OP, e compartilhasse essas observações conosco. ■

Referências bibliográficas em: https://drive.google.com/drive/folders/1Ywl2-XMLksetPwP91xjW07cioriDzbH8?usp=drive_link

Trilce de Barros Heredia é psicóloga graduada pela Universidade Anhembi Morumbi, pós-graduada em Análise do Comportamento Aplicada ao TEA pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestranda em Análise do Comportamento Aplicada pelo Instituto Par. Atua como supervisora na Entremeio São Paulo, e como Diretora Clínica na Entremeio Vale Intervenção Comportamental, instituições que promovem intervenções baseadas em ABA para indivíduos diagnosticados com TEA e desenvolvimento de pessoas neurodiversas.

Candido V. B. B. Pessoa é administrador de empresas graduado pela Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Ciências (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (USP). É docente no Programa de Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada e coordenador do Curso de Formação em Gestão Comportamental de Organizações no Instituto Par.

formação em

TERAPIA DE CASAL online

coordenação

Carolina Perroni (CRP 06/66205)

período

Janeiro a dezembro de 2025 (anual)

objetivos

Ao final do curso teórico o aluno aprenderá sobre a história dos relacionamentos, a história da terapia de casal bem como modelos de atendimentos de terapia de casal condizentes com a prática analítico comportamental. Além disso, serão abordados diversos temas inerentes à prática da clínica de casal. As propostas de intervenção serão ensinadas através de alguns aspectos de casos clínicos, filmes, trechos de livros e práticas vivenciais com os alunos.

público-alvo

Psicólogos e psiquiatras que possuam conhecimento prévio sobre análise do comportamento.

horário

Aulas semanais: quintas-feiras, das 18h30 às 21h30

carga horária total

123h

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento | institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Ensaio de pares

O mito do artesanão

Candido V. B. B. Pessôa

Uma crítica frequente de Skinner ao mundo do trabalho é o atraso e o fracionamento das consequências produzidas ao se trabalhar (e.g., Skinner, 1953/2002, 1982, 1987a, 1987b). Vou nomear aqui essa crítica de “mito do artesanão”. O argumento – não apenas de Skinner – é o de que a divisão do trabalho em linhas de produção intensamente utilizadas a partir da revolução industrial alijou o trabalhador do produto de seu trabalho. Para Skinner – e não apenas para ele – fazer uma cadeira inteira é mais reforçador do que fazer a quantidade de pés de cadeira que podem ser feitas no mesmo tempo. Seguindo o mesmo raciocínio, seria mais reforçador ensinar a uma pessoa tudo o que a escola (e o maternal, e a universidade) ensina do que ensinar a várias crianças o conteúdo de matemática referente ao quarto ano do fundamental. Chamo esse pensamento de mítico porque li nada ou quase nada de Skinner – ou de outras pessoas – que validasse essa afirmação. (Será que Sísifo acharia pior seu castigo se este fosse levar a sua pedra diária duas vezes por dia do meio da montanha até o topo em vez de levá-la uma vez da base ao topo?) Se eu pesquisar sistema-

ticamente o assunto, talvez ache experimentos como os da turma do Dan Ariely (e.g., Ariely, 2020) – ao produzir casas de brinquedo inteiras usando Lego ou produzir apenas os telhados das casas, eu pagaria um valor maior para ter a casa que eu mesmo fiz do que pagaria para ter os telhados feitos por mim? Entretanto, mesmo se eu pagasse mais pelas casas que fiz, quantas eu compraria? (Ao final, teria desperdiçado dinheiro mesmo comprando apenas a primeira.) Enfim, na ignorância de resultados científicos na apresentação dos argumentos de que realizar um produto inteiro é mais reforçador do que realizar apenas uma parte dele, chamo esse argumento aqui de mito do artesanão.

Mas não escrevo para reclamar dessa (aparentemente) afirmação de autoridade. A questão é que o mito do artesanão baseia críticas importantes ao trabalho contemporâneo e à sociedade. Em relação ao trabalho, um passo lógico que Skinner dá a partir desse mito é o de que o trabalho contemporâneo é eminentemente aversivo. Já que não há consequências imediatas significantes no trabalho, trabalhamos por reforço negativo, diz ele, para não perdermos nossa qualidade de vida (e.g., Skinner 1953/2002,

1982, 1987a, 1987b). Não é exatamente uma interpretação nova, São Paulo já disse que “quem não quer trabalhar, também não há de comer” (Bíblia de Jerusalém, 1976, 2 Tessalonicenses, 3:10). Para complicar ainda mais o argumento (do ponto de vista da análise do comportamento aplicada ao trabalho), a função do gestor seria, nesse caso, manter e fazer cumprir a ameaça de perda de qualidade de vida se a pessoa não produzir o que deve no trabalho.

De São Paulo para cá poderíamos ter melhorado. Para Skinner parece que não. Eu discordo (mas vivo três ou quatro décadas de pesquisa depois dele). Uma visão para mim promissora que vai contra a fatalidade do argumento trazido a partir do mito do artesão é indireta e implicitamente apresentada por Houmanfar e Szarko (2022). Para as pesquisa-

Não digo que a relação de contiguidade entre resposta e reforçador tangível não seja importantíssima ou não precise ser levada em conta, mas há vida para além dessa relação.

doras, uma função do gestor é alinhar os valores da organização – mais precisamente os valores de seus donos ou líderes¹ – e os valores dos colaboradores dessa organização. A partir da existência desse alinhamento, as consequências imediatas do trabalho são fornecidas pelos gestores, ao apresentarem fórmulas verbais que fazem a ligação entre produtos do trabalho especializado – e.g., ensinar frações à criança – e um resultado socialmente significativo – e.g., formar um ser autônomo – assim, verbalmente, mediando em seu atraso. (Voltando ao mito, realmente não sei qual é a diferença de significância social ou ontogênica para o artesão pré-revolução industrial entre fazer uma cadeira para o rei ou o conde sentar e fazer apenas os pés dessa cadeira.) Não digo que a relação de contiguidade entre resposta e reforçador tangí-

vel não seja importantíssima ou não precise ser levada em conta, mas há vida para além dessa relação. Afinal, Skinner **não** escreveu um livro chamado *Contiguidades de Reforço*.

O mito do artesão aparece socialmente para ajudar a justificar a necessidade de sociedades pequenas, como *Walden II* (Skinner, 1948/1976). Em uma passagem que exemplifica essa sequência lógica de (1) dever haver uma contiguidade entre o trabalhar e um produto significativo desse trabalho que seja imediato para (2) precisarmos viver em sociedades pequenas, que permitam o controle face a face,² Skinner (1987a, pp. 44-45) discorre sobre as conquistas do estado de bem-estar social da Suécia da década de 1980. Para ele (mais precisamente para seu alter ego, Frasier), conquistas como um estado provedor de educação, saúde e cuidados com os idosos de

forma eficiente em troca de impostos não permite uma sociedade feliz. Para Skinner, mesmo que a sociedade funcione bem, amparando

crianças e idosos, a ausência de ligação direta entre o pagamento de impostos e os benefícios vistos por quem os paga não é suficiente para suplantar a alienação entre o trabalhar e o produto social relevante – mas atrasado – que esse trabalho gerou. A falta de uma consequência reforçadora imediata impede os efeitos de prazer e de fortalecimento experimentados com o reforço.³ Nas palavras de Skinner, mesmo o sueco pagador de impostos pensando “Nós os estamos ajudando”, ele nunca vai ouvir ‘obrigado’ dessas pessoas ajudadas” (p. 44). Assim, o pagador de impostos não faz nada que tenha qualquer consequência social imediata.

No caso da crítica ao estado de bem-estar sueco, Skinner chama-o de “ápice do comportamento social governado por regras” (p. 44). Isso traz uma chave de entendimento sobre o pensa-

mento de Skinner em relação a essas questões do trabalho. Ele estaria mudando de crítica. Saindo do mito do artesão e se referindo a outra prática social considerada problemática, o controle do comportamento governado por leis ou ordens.⁴ Mas ao se referir anteriormente a essa prática e suas decorrências, seus efeitos cumulativos, Skinner parece se referir a controles mais antecedentes do que consequentes. Seguimos ordens para não sermos punidos por quem as deu. É interessante ele não levantar a hipótese de seguirmos regras porque as consideramos úteis ou “com valor”, sendo essa consideração mediada por um gestor ou não. Justo Skinner, um otimista! Talvez não tanto quanto eu. ■

1 Esses valores são aqui entendidos como padrões de comportamento intrinsecamente reforçadores e verbalmente construídos (Wilson, 2008).

2 Gostaria de criticar também o quase imperativo do controle face a face no pensamento social de Skinner, mas não vou fazê-lo agora.

3 Para aprofundamento dos possíveis reforçadores existentes no trabalho, assunto de bastante discussão na análise do comportamento, pode-se iniciar consultando Bissoli (2018).

4 Skinner (1987b) divide em duas práticas sociais problemáticas as questões advindas dos comportamentos governados por regras na sociedade: os problemas de seguir conselhos e os problemas de seguir leis. Aqui trato do segundo tipo.

Candido V. B. B. Pessoa é administrador de empresas graduado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Ciências (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (USP). É docente no Programa de Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada e coordenador do Curso de Formação em Gestão Comportamental de Organizações no Instituto Par.

Referências

- Ariely, D. (2020). *Previsivelmente irracional*. Sextante. (Trabalho original publicado em 2009.)
- Bíblia de Jerusalém: Novo Testamento (1976). 2 Tessalonicenses, 3:10. Edições Paulinas.
- Bissoli, E. B. (2018). *Uma interface entre psicologia política e análise do comportamento* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.]
- Houmanfar, R. A., & Szarko, A. J. (2022). Value-based governance in organizations and beyond. In R. A. Houmanfar, M., Fryling & M. P. Alavosius (Eds.), *Applied behavior science in organizations: Consilience of historical and emerging trends in organizational behavior management* (pp. 291-315). Routledge.
- Skinner, B. F. (1976) *Walden II: Uma sociedade do futuro*. Editora Pedagógica Universitária. (Trabalho original publicado em 1948.)
- Skinner, B. F. (1982). Contrived reinforcement. *The Behavior Analyst*, 5, 3-8.
- Skinner, B. F. (Org.) (1987a). News from nowhere, 1984. In B. F. Skinner (Org.), *Upon further reflection* (pp. 33-50). Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (Org.) (1987b). What is wrong with daily life in the western world? In B. F. Skinner (Org.), *Upon further reflection* (pp. 15-32). Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (2002). *Ciência e comportamento humano*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953.)
- Wilson, K. G. (2008). *Mindfulness for two: An acceptance and commitment therapy approach to mindfulness in psychotherapy*. New Harbinger.

especialização em **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO TEA***

curso presencial**

coordenação

ANNA BEATRIZ MULLER QUEIROZ (CRP 06/93698)

CÁSSIA LEAL DA HORA (CRP: 06/87228)

CLÁUDIA STEFÂNIA FIGUEIREDO NEVES COIMBRA (CRP 06/86396)

DANIELE DE LIMA KRAMM (CRP 06/57060)

RODOLFO RIBEIRO DIB (CRP 06/99138)

início

Janeiro de 2025

objetivo

O curso visa qualificar profissionais com ferramentas teóricas e práticas para intervenções baseadas em ABA a indivíduos com TEA.

público-alvo

Psicólogos e outros profissionais das áreas de saúde e educação.

duração

Carga horária total de 512 horas
(aulas teóricas e práticas supervisionadas)

dias e horários

(consultar datas no site)

Turma 01 (seg/ter)

Segundas, das 7h30 às 13h15

Terças, das 7h30 às 13h45

ou

Turma 02 (sex/sáb)

Sextas, das 17h às 22h15

Sábados, das 8h às 16h

para mais informações sobre o curso

e o processo seletivo acesse o site

www.institutopar.org

(*) Matrículas podem estar condicionadas à aprovação em processo seletivo

(**) curso PRESENCIAL, podendo ser ONLINE enquanto e quando for necessário por motivos de saúde pública



instituto par

ciências do comportamento | institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Análise do comportamento aplicada à infância, adolescência e parentalidade

Comunicação aberta para a tomada de decisão sobre filhos

Cibele Pacheco Gomide, Thais Raposo Desidera

A decisão de ter filhos é uma das mais significativas na vida de um casal, independente do seu formato, envolvendo uma série de considerações emocionais, financeiras, práticas e valores individuais e familiares. No âmbito coletivo, o planejamento familiar importa já que a comunidade e seus dispositivos de suporte são diretamente afetados. No entanto, as políticas públicas de planejamento familiar são baseadas principalmente em métodos de controle do número de filhos por família. Um dos critérios utilizados para definir esse número é a sustentabilidade econômica, isto é, as famílias devem avaliar a renda e prever o número de filhos compatível com essa renda. Porém, essas políticas não oferecem às famílias a orientação de como fazer essa análise. No fim, a decisão de ter ou não filhos é depositada no colo das mulheres, haja vista que as estratégias coletivas sobre planejamento familiar se concentram no controle da natalidade, na saúde da mulher e no uso de métodos anticoncepcionais femininos (Santos & Freitas, 2011).

No âmbito cultural, falar sobre filhos a partir de uma comunicação que contemple toda a complexidade do tema pode ser visto como tabu. A carga cultural e histórica de origem religiosa, social e econômica que impôs às famílias a tarefa de gerar vidas está presente como um grande elefante branco na vida dos casais. As

A carga cultural e histórica de origem religiosa, social e econômica que impôs às famílias a tarefa de gerar vidas está presente como um grande elefante branco na vida dos casais.

conversas sobre o tema são superficiais, se é que ocorrem. Questionar se a parentalidade é desejada ou viável para si e para aquela família pode se tornar altamente aversivo, já que esse é um passo na vida que é frequentemente dado como obrigatório, embora a conta-gotas e com narrativas altamente sedutoras, durante a socialização feminina e masculina. Ter filhos assume um caráter impositivo, aumentando as chances de os casais seguirem uma jornada alienante.

Não foi despropositadamente que Christensen et al. (2020) escolheram um caso de terapia de casal em que a parentalidade é central

no cenário de apresentação da Terapia Comportamental Integrativa de Casais (*Integrative Behavioral Couple Therapy* – IBCT). Segundo os autores, há quatro aspectos cruciais que contribuem para os problemas conjugais: diferenças entre parceiros; sensibilidades emocionais

Falar sobre os temas que envolvem a parentalidade pode ser uma oportunidade organizadora na jornada do casal, independentemente do seu formato, inclusive na decisão de não ter filhos.

ou reações de cada parceiro; circunstâncias externas, especialmente estressores externos; e o padrão de comunicação que eles adotam ao falar sobre os problemas. A parentalidade é contexto de vulnerabilidade para todos os aspectos, pois é o palco em que as cenas giram em torno de um casal com a vida inteira de outra(s) pessoa(s) – além das próprias – para dar conta sem saber muito bem como e com pouco apoio comunitário. Aspectos culturais e de história de vida surgem sem aviso como um turbilhão de regras, evocando as diferenças pessoais do casal e emoções difíceis, tornando a comunicação desafiadora.

A comunicação aberta não apenas fortalece os laços afetivos entre os casais, mas também os capacita a enfrentar desafios, resolver problemas e tomar decisões importantes de maneira colaborativa e empática. No contexto da parentalidade, a comunicação adquire uma importância mais profunda, já que é considerada por muitos um dos maiores saltos de desenvolvimento humano, isto é, uma janela de oportunidades de aprendizados que são profundamente transformadores. Além das mudanças próprias da chegada dos filhos, os pais enfrentam o aprofundamento dos desafios culturais que estão imersos, especialmente as mulheres. Não é por acaso que são altas as taxas de depressão pós-

-parto e que o suicídio é um dos principais responsáveis pelas mortes femininas durante o primeiro ano pós-parto. A sobrecarga materna começa também a ser centro de preocupação de clínicos nas mais diversas áreas, mas ainda é subestimada, bem como a depressão paterna pós-parto que é alertada como prevalente e danosa (Paulson & Bazemore, 2010; Rocha et al., 2023; Tavares et al., 2012). E os conflitos se alongam pela jornada parental, dado

evidenciado pelo levantamento mais recentes de divórcios no Brasil que mostra que 54,2% dos rompimentos ocorreram entre casais com filhos menores de idade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

Falar sobre os temas que envolvem a parentalidade pode ser uma oportunidade organizadora na jornada do casal, independentemente do seu formato, inclusive na decisão de não ter filhos. Existem algumas formas de facilitar essa conversa, por exemplo: buscar juntos por conhecimentos relacionados à parentalidade, como gravidez, parto, puerpério, estilo de parentalidade, rede de apoio, acordos prévios, sexo, sono, aleitamento materno; terapia de casal para que a comunicação tenha uma função de nutrir intimidade e cuidado; aproximar-se de amigos com filhos para trocar e estimular a vida em comunidade etc. Movimentos como esses visam promover a reflexão mútua e a tomada de decisões consciente, verdadeiramente compartilhada e justa.

A comunicação aberta tem o objetivo de prevenir que o desalinhamento (de estilo, de informação, de socialização, de expectativas e valores) não consciente entre os pares potencialize a vulnerabilidade das famílias, especialmente das mulheres e crianças. Intervenções que possibilitem que os parceiros aprendam a

compartilhar desejos, desconhecimentos, preocupações e expectativas relacionadas à parentalidade podem ser úteis de muitas maneiras, prevenindo inclusive o aprofundamento do estresse e sofrimento (Doss & Rhoades, 2017).

Para os terapeutas que estão diante de casais ou de um dos pares em contexto de parentalidade, vale o convite especial de intensificar o cuidado nas análises, sobretudo na identificação de lacunas de conhecimento científico e das variáveis culturais que afetam o comportamento do terapeuta acerca do tema. Rocha et al. (2023) fazem uma reflexão e um exercício importante sobre a relevância de identificar as variáveis próprias dessa fase da vida que podem demandar manejo para o bem-estar dos cuidadores, das crianças e o bom relacionamento do casal.

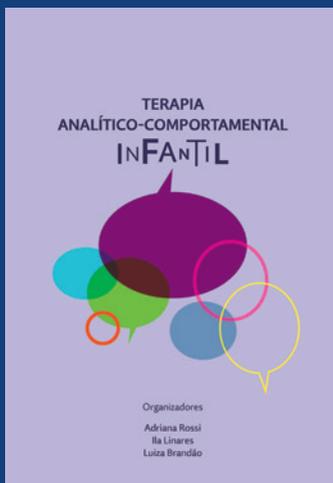
A oportunidade de aprender a se fazer perguntas, se conhecer e se expressar individualmente, seja em casa, com amigos ou com um terapeuta pode proporcionar ao casal um espaço para um planejamento familiar que faça sentido para eles e para o exercício de acolhimento, de respeito e da curiosidade um sobre o(a) outro(a) acerca de um tema e de uma decisão que muda a vida dos casais em definitivo: FILHOS? ■

Cibele Pacheco Gomide é psicóloga e mestra em Análise do Comportamento Aplicada. Atua como terapeuta e supervisora clínica, sobretudo com demandas acerca da perinatalidade e parentalidade. É também professora do curso de especialização em Clínica Analítico-Comportamental do Instituto Par. **Thais Desidera Raposo** é especialista em Análise do Comportamento Aplicada, sexóloga e possui formação em DBT e atendimento de casais. Na clínica, atua com adultos e casais.

Referências

- Christensen, A., Doss, B. D., & Jacobson, N. S. (2020). *Integrative behavioral couple therapy: A therapist's guide to creating acceptance and change*. WW Norton & Company.
- Doss, B. D., & Rhoades, G. K. (2017). The transition to parenthood: Impact on couples' romantic relationships. *Current Opinion in Psychology*, 13, 25-28. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.04.003>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024). *Pesquisa Estatísticas do Registro Civil – 2022*. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1206b8fe9079fe1b32e54035d1f81dc0.pdf
- Paulson, J. F., & Bazemore, S. D. (2010). Prenatal and postpartum depression in fathers and its association with maternal depression: A meta-analysis. *Jama*, 303(19), 1961-1969. <https://doi.org/10.1001/jama.2010.605>
- Rocha, C. N., Linares, I. M. P., & Weiss, J. V. P. (2023). Entendimento da perinatalidade a partir do modelo de seleção por consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(01), 3-18. <https://doi.org/10.18761/PACasdj44a6>
- Santos, J. C. D., & Freitas, P. M. D. (2011). Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1813-1820. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300017>
- Tavares, D., Quevedo, L., Jansen, K., Souza, L., Pinheiro, R., & Silva, R. (2012). Prevalence of suicide risk and comorbidities in postpartum women in Pelotas. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 34(3), 270-276. <https://doi.org/10.1016/j.rbp.2011.12.001>

LIVRARIA VIRTUAL DA EDITORA PARADIGMA



Lançamento

Acesse: www.institutopar.org

Somente títulos relacionados ao behaviorismo radical, à análise do comportamento e a áreas afins.

Análise do comportamento aplicada à clínica

Positividade tóxica: mudanças nas práticas culturais pós-pandemia que estabelecem novas topografias nos quadros depressivos

Eduardo Sousa Gotti, Roberto Alves Banaco

Recentemente, a pandemia de Covid-19 exemplificou um problema global que alterou significativamente as relações sociais e os comportamentos, exigindo adaptações. Medidas de isolamento, adotadas para proteção e contenção do vírus, levaram à maior mediação das relações sociais por meio de tecnologias eletrônicas, permitindo acesso a bens e insumos básicos sem contato físico. Isso foi bom durante algum tempo por permitir que a vida cotidiana tivesse algum tipo de continuidade. No entanto, o isolamento se estendeu, e, mesmo após a necessidade iminente de contenção do vírus ter abrandado, essas práticas se instalaram como possíveis padrões de sociabilidade, levando a mudanças duradouras na interação das pessoas e nas contingências entre comportamentos e reforçadores, aumentando os desafios sociais.

O próprio emparelhamento do “outro” com a possibilidade de contaminação favoreceu maior aversão ao contato social presencial. Além disso, restrições e penalidades para quem se aglomerasse durante a pandemia associaram

verbalmente o contato social a comportamentos irresponsáveis, produzindo sentimento de culpa e vergonha. Algumas pessoas se adaptaram bem ao isolamento e preferiram – e continuam a preferir – a interação eletrônica, enquanto outras sentiram falta do contato físico e apresentaram dificuldades tanto na manutenção do isolamento, quando necessário, quanto na retomada das relações presenciais, quando foi possível. O isolamento prolongado pode ser interpretado como um estresse crônico, depletando o valor dos reforçadores sociais e acelerando mudanças sociais já em curso, favoráveis ao individualismo.

No “novo normal”, a exposição da intimidade própria nas redes sociais aumentou a obtenção de atenção, um reforçador generalizado, por meio de manifestações diversas. Observadores em ambientes monótonos buscavam novidades, valorizando eventos insólitos e criando formas de pertencimento a grupos virtuais, como tiktokers e instagrammers. A superexposição a estímulos sociais virtuais, de curta

duração e numerosos, passou a ocupar grande parte do tempo dos espectadores, interferindo na produção de material socialmente relevante, na autoestima e no perfeccionismo de forma similar ao impacto do consumo abusivo de pornografia sobre o desempenho sexual. Quando as medidas de distanciamento foram suspensas, os estímulos discriminativos das interações sociais tornaram-se menos eficientes no controle do comportamento, pois as regras do “novo normal” se instalaram e precisaram ser (re)descobertas.

As relações estruturais da cultura sofreram ajustes necessários para responder ao impacto econômico da pandemia, eliminando postos de trabalho, o que levou milhares ao desemprego. Em muitos países, a sobrevivência financeira dependeu de trabalho autônomo, intensificando a mediação virtual em redes sociais. As contingências mostraram-se severas: a competição pelos recursos aumentou, a ética de como conduzir os negócios se modificou e os critérios

A busca incessante do inédito, inovador e sempre melhor, produz uma utilização temporária, curta, insatisfatória e certamente substituível de qualquer coisa que se possa vivenciar.

de triunfo acentuaram o individualismo que já vinha sendo cultivado desde os anos 1990. Trabalhadores que antes tinham relações financeiras protegidas por contratos passaram a ter sua solidão produtiva mediada por instituições financeiras digitais, sem garantias contratuais. A cultura de empreendedorismo foi incentivada, prometendo falsa autonomia financeira.

Gradativamente a escassez de recursos para a produção e prestação de serviços autônomos cultivou valores que beneficiam quem já tem os recursos – os investidores – e menos para quem presta os serviços. Os comportamentos de cooperação diminuíram a magnitude dos reforça-

dores, que tenderam a ser divididos, ampliaram os comportamentos de competição e aumentaram as jornadas de trabalho para a manutenção da empregabilidade. Foi promulgado o empreendedorismo alardeando a sensação de que o prestador de serviço estaria fazendo para “si mesmo”, numa gana ingênua como a da personagem da canção *Saltei de banda* de Elza Soares (1972), entoando o refrão “E hoje eu sou meu próprio patrão e ninguém me manda”.

Esse fenômeno acelerou um processo histórico preexistente chamado de “individualização” por Ferreira e Tourinho (2011). Nele, o senso de autonomia é estabelecido de tal forma que os indivíduos não entram em contato e negam as extensas relações de interdependência em que estão envolvidos.

Estabelecida uma cultura competitiva em que todos são potenciais vencedores, o outro passa a sinalizar concorrência e não alguém a ser amparado. Empatia e simpatia, que antes eram exemplares, agora são desvalorizadas ou vistas como algo a evitar.

A ilusão de que se pode ser quem quiser independentemente da opinião alheia escamoteia as relações comerciais de que só se compra produtos ou contrata serviços de quem se gosta e admira. Portanto, é sim importante que os demais gostem de você, porque será da venda de sua força de trabalho a eles que você sobreviverá.

A busca incessante do inédito, inovador e sempre melhor, produz uma utilização temporária, curta, insatisfatória e certamente substituível de qualquer coisa que se possa vivenciar. A crença de que cada um pode decidir seu destino, apoiada pela meritocracia, traz dilemas de contingências concorrentes e múltiplas possibilidades de fracasso, valoriza a autonomia ao extremo ignorando a opinião alheia e torna o iso-

lamento imperativo. A regra “seja quem quiser” não especifica como agir para “ser eu mesmo” nem as consequências dessas ações, resultando em regras alienadas e não correspondentes às contingências reais.

Segundo Hayes et al. (1999), o ser humano desenvolveu a habilidade verbal de falar sobre eventos futuros – ainda inexistentes, portanto – e colocou-se sob a possibilidade de experimentar sofrimentos que estão fora do alcance das demais espécies animais. Porém, paradoxalmente, a descrição de que o sofrimento ou o fracasso poderão ser evitados implica uma condição geradora de ansiedade com base em eventos irreais e favorece uma série de comportamentos de controle pouco eficazes para lidar com os eventos futuros, da paranoia ao perfeccionismo, que literalmente paralisam toda e qualquer ação.

Para lidar com isso, a cultura contemporânea desenvolveu respostas de esquiva e fuga, e, entre elas, a esquiva experiencial que é uma classe operante de ordem superior usada para evitar o contato com estímulos aversivos. Essa prática é indesejável porque impede a solução dos problemas geradores de incômodo emocional e o crescimento pessoal. Algumas delas são bem conhecidas tais como uso de substâncias, jogos e comportamentos compulsivos, para suportar o sofrimento. Além disso, as pessoas adotam outras formas de esquiva experiencial, incluindo a “positividade tóxica”, que minimiza verbalmente adversidades e sentimentos negativos.

As emoções, como subprodutos das contingências, podem ser utilizadas como identificadoras de que a contingência seja aversiva. É essencial reconhecer emoções negativas naturais e permitir-se entrar em contato com as contingências geradoras de incômodo para identificar e compreender adequadamente seus aspectos funcionais, e desenvolver um repertório de enfrentamento efetivo e de solução de problemas.

Sabe-se que os organismos procuram desligar ou atenuar os sinais de liberação de estímulos aversivos, quando podem. Isso é importante para a sobrevivência porque, perante a sinalização de aversividade, os organismos param de responder totalmente e param de produzir reforçadores. Se forem capazes de atenuar a sinalização, conseguem continuar respondendo para a produção dos demais reforçadores. Em humanos, essa característica toma a forma de “autocuidado”: não olham para os sinais de perdas, prejuízos, óbitos etc. Porém, essa insensibilidade enfraquece os comportamentos de empatia modelados pelas contingências do controle social face a face

É preocupante quando as experiências negativas, como perdas, prejuízos e óbitos, são ignoradas ou minimizadas. Como seres sociais, a convivência e a ligação afetiva com outros indivíduos são essenciais para o bem-estar e a sobrevivência a longo prazo. No entanto, o convívio social demanda autocontrole, exigindo a espera por liberação de reforçadores, que perdem sua potência sobre o controle dos comportamentos por causa do atraso.

A positividade tóxica enaltece experiências pessoais “felizes” e conselhos para não ficar sob controle das partes aversivas da vida. O discurso básico dessa prática é: “Você não deve, sob nenhuma pretensão, permitir que sua mente se detenha em qualquer pensamento que não seja positivo, construtivo, otimista, gentil”, um tipo de comportamento verbal mantido pelas contingências sociais que se intensificaram durante a pandemia (Upadhyay et al., 2022, p. 68). Assim, suprime o contato com sentimentos aversivos, o que pode mudar muito as topografias dos padrões problemáticos para a convivência, tais como aqueles por meio dos quais a depressão tem sido identificada.

Em vez de indivíduos deprimidos tristes, que não conseguem sair da contingência paralisante por não agirem para obter reforçadores, observa-se uma ocorrência maior de deprimidos “positivos”, empreendedores e engajados, tentando negar desesperadamente os aspectos que também os paralisam – esta, sim, a definição melhor da depressão: uma diminuição na ocorrência de qualquer operante que faça a situação aversiva mudar. O humor negativo, que desde a Antiguidade era um aspecto distintivo da depressão, pode ser substituído em uma parcela dos deprimidos por um novo padrão preponderante, que seria mais irritadiço – mais condizente com o diagnóstico de distímia, às vezes confundido com a ferocidade esperada em uma sociedade competitiva.

No entanto, é fundamental lembrar que a vida é repleta de desafios e adversidades, e que todas as emoções, sejam positivas ou negativas, fazem parte da experiência humana. A empatia e a conexão com as emoções dos outros são aspectos essenciais para a cons-

É importante que as práticas culturais e as regras sociais incentivem uma perspectiva mais realista e compassiva em relação à vida e às experiências humanas, tais como a aceitação das emoções negativas e a atuação para a resolução dos problemas identificados.

trução de relações saudáveis e para o apoio mútuo em momentos difíceis. É importante que as práticas culturais e as regras sociais incentivem uma perspectiva mais realista e compassiva em relação à vida e às experiências humanas, tais como a aceitação das emoções negativas e a atuação para a resolução dos problemas identificados.

O que tem sido chamado de “depressão funcional” reflete uma adaptação às contingências depressivas, de forma que os indiví-

duos mantêm suas rotinas diárias, mas agora mascaram os sentimentos negativos com relatos verbais de positividade. Esse novo perfil de depressão pode afetar o modo como as pessoas desenvolvem seus conceitos de si mesmas, invalidando suas próprias experiências. A identificação de condições em linguagem psicopatologizante para comportamentos normalmente resultantes de contingências extremadas, como o *burnout* e o déficit de atenção, é cada vez mais comum em um mundo repleto de estímulos concorrentes. O descanso corre o risco de ser chamado de procrastinação, e o interesse um pouco maior por algum evento responde pelo nome de hiperfoco. Nesse caso, diferente dos dizeres shakespearianos, “uma rosa perde o perfume de rosa se chamada de outro nome”.

A psicopatologia evolui conforme as mudanças socioculturais, e novos padrões problemáticos surgem, demandando uma revisão dos critérios diagnósticos e uma análise das práticas culturais que os influenciam. Compreender funcionalmente as contingências culturais que moldam os comportamentos problemáticos é essencial para intervenções eficazes. A nomenclatura funcional e o conhecimento sobre a origem e manutenção dos problemas mentais são igualmente cruciais. O contexto pós-pandemia apresenta desafios únicos para a saúde mental, destacando a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que promova a autonomia, o bem-estar e a saúde mental em meio a novas realidades socioculturais.

Os analistas do comportamento abordam de maneira distinta os fenômenos considerados psicopatológicos, vendo-os como padrões de comportamento aprendidos ao longo da

vida dos indivíduos, regidos pelos mesmos princípios que os comportamentos tidos como normais. Assim, a terapia comportamental busca não apenas eliminar o sofrimento, mas também promover o desenvolvimento de repertórios de solução de problemas. No entanto, em uma cultura que tende a evitar o sofrimento, reconhecer onde se localizam as relações patológicas torna-se desafiador, pois o critério principal e norteador, o sofrimento, é suprimido. Buscar ajuda profissional, como terapia ou aconselhamento, pode ser benéfico para enfrentar emoções e adversidades de maneira saudável e construtiva. ■

Referências

- Hayes, S. C., Strosahl, K., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. Guilford Press.
- Soares, E. (1972). Saltei de banda (música). *Elza pede passagem*. EMI Records Brasil; Universal Music Group. https://www.youtube.com/watch?v=dX1-YA90Ffw&ab_channel=ElzaSoares-Topic
- Upadhyay, I. S., Srivatsa, K. V. A., & Mamidi, R. (2022). Towards toxic positivity detection. *Proceedings of the Tenth International Workshop on Natural Language Processing for Social Media*, pp. 75-82. Seattle, Washington. Association for Computational Linguistics. <https://aclanthology.org/2022.socialnlp-1.7/>
- Ferreira, D. C., & Tourinho, E. Z.. (2011). Relações entre depressão e contingências culturais nas sociedades modernas: interpretação analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(1), 20-36.

Eduardo Sousa Gotti é terapeuta analítico-comportamental. Psicólogo pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Psicólogo-tecnólogo do Laboratório de Análise do Comportamento da UFTM. Mestre em Análise do Comportamento Aplicada pelo Instituto Par. Desenvolve pesquisas sobre detecção e avaliação da depressão por meio de medidas acústicas de fala e comportamento verbal.

Roberto Alves Banaco é professor-doutor e pesquisador do Instituto Par. Membro do Conselho da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.

COMPORTAMENTO VERBAL NA PRÁTICA DO ANALISTA DO COMPORTAMENTO

online

coordenação

Anna Queiroz (CRP 06/93698)

público-alvo

Estudantes e profissionais de saúde e educação.

início

Janeiro de 2025 (semestral)

objetivos

Este curso tem como objetivo basear-se na proposta de B. F. Skinner sobre o comportamento verbal (1957), para explorar os conceitos principais e as pesquisas contemporâneas sobre o desenvolvimento do repertório verbal e sobre a intervenção clínica, bem como apresentar aplicações desses conceitos e pesquisas de maneira prática e relevante na atuação do analista do comportamento no contexto terapêutico clínico em consultório e extra consultório, no acompanhamento terapêutico e na intervenção baseada em análise do comportamento aplicada.

carga horária total

30 horas

dias e horários

Quinzenalmente às Terças-feiras,
das 19h às 22h
10 encontros com 3 horas

* transmissão ao vivo

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento

institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

especialização em

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO TEA*

turma EAD

coordenação

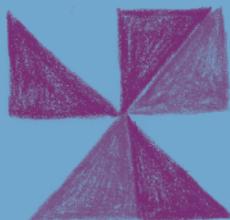
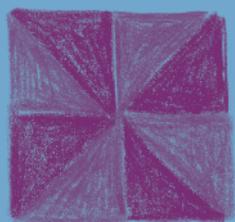
ANNA BEATRIZ MULLER QUEIROZ (CRP 06/93698)

CÁSSIA LEAL DA HORA (CRP: 06/87228)

CLÁUDIA STEFÂNIA FIGUEIREDO NEVES COIMBRA (CRP 06/86396)

DANIELE DE LIMA KRAMM (CRP 06/57060)

RODOLFO RIBEIRO DIB (CRP 06/99138)

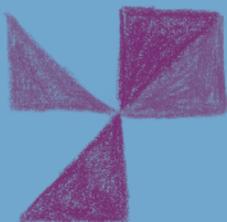
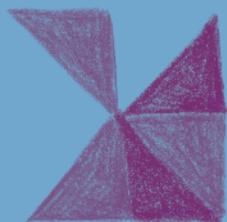


início

Janeiro de 2025

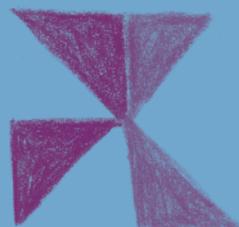
objetivo

O curso visa qualificar profissionais com ferramentas teóricas e práticas para intervenções baseadas em ABA a indivíduos com TEA.



público-alvo

Psicólogos e outros profissionais das áreas de saúde e educação.



dias e horários (quinzenalmente)

Quartas-feiras, das 18h às 22h

Quintas-feiras, das 17h às 22h

para maiores informações sobre o curso e o processo seletivo acesse o site www.institutopar.org

duração

5 semestres (2 anos e meio)
carga horária total de 525 horas
(aulas teóricas e práticas supervisionadas)

(*) Matrículas podem estar condicionadas à aprovação em processo seletivo



instituto par

ciências do comportamento | www.institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Com a palavra

O autista irrita

Paulo Silveira (diagnosticado autista aos 60 anos).

Em mais de uma situação encontrei alguém que se aborreceu comigo, dizendo que se eu não sabia o que tinha feito, não era ela quem me diria. Eu não sabia mesmo. Não tinha a menor pista.

Recentemente passei por uma extensa avaliação neuropsicológica e recebi o diagnóstico de autismo de alto desempenho. Meu QI é alto em relação à população geral. Não é nenhum recorde, mas me situa no nível dos superdotados, com percentil de pelo menos 99,9% no fator geral e em quase todos os fatores específicos. A exceção é a memória operacional, que me deixa no percentil 95%. Noventa e cinco por cento já é ótimo, podem me dizer alguns, está reclamando do quê? Eu sei disso, não reclamo, apenas constato. Sendo baixo em relação a outros fatores, pode não me deixar funcionar adequadamente em situações ordinárias. Esse desequilíbrio entre os fatores do QI é parte do autismo. Em meu caso, os conceitos sobre o significado das palavras são mais elaborados do que para muita gente, então parece absurdo eu demorar a entender o que me dizem. É assim: uma palavra, que para as pessoas é só uma palavra, entra pelos meus

ouvidos e evoca seu conceito, seus sinônimos, seus antônimos, e alguma memória associada... espere... qual é a segunda frase que você disse? Pessoas mais próximas dizem que não é possível, como alguém tão inteligente, não entender o que acabou de lhe ser dito. Dizem que só posso estar me fazendo de tonto. Boa descrição. Eu me sinto atordoado, confuso, zureta, desorientado, dizziness em inglês, e aliás tenho uma tia que tem labirintite.

Tudo que recebo, processo. Tudo chega em volume e detalhe. Tudo no limite do que consigo pensar. Tudo no mesmo nível de importância. Não posso acompanhar tudo. Ninguém pode, dirão, e é verdade. É só aceitar perder parte da informação, explicam-me, priorizando o que é mais relevante para o contexto e descartando os detalhes secundários. Mas como é que se faz isso? O que me falta é justamente um guia para classificar o tal do mais importante. É uma sensação permanente de perplexidade, de não entender o que está acontecendo, de ter certeza que perdi alguma coisa pelo caminho. Cada peça que aparece no quebra-cabeças de um ambiente ruidoso divide minha atenção entre o que as pessoas estão dizendo ou sinalizando,

para mim ou entre si. O volume é grande, minha capacidade de absorver é lenta, a sensação de incompletude incomoda. Na tentativa frustrada de tentar descobrir o que os outros acham relevante, aquilo que tem menos contexto acaba sobrando. Aposto que as perdas incluem especialmente a comunicação não verbal. Pego o que é literal, palpável, mas o que queriam dizer, nas entrelinhas, me escapa. Perguntam e pressionam. Às vezes uma resposta simples, sobre o que eu quero, sim ou não. Começo a explicar prós e contras, então interrompem. Não é para defender uma tese, apenas A ou B, resposta imediata, só eu dizer o que sinto a respeito. OK, você pode esperar 15 minutos? Ou dois dias?

Desde o detalhe da distância da borda da mesa em que alguém pousou o copo e a preocupação com a trajetória perigosamente próxima que o braço dessa pessoa repetidamente percorre enquanto fala, até os detalhes da história que está sendo contada sobre como foi a morte do ente querido e as dificuldades financeiras agora enfrentadas pela família, tudo é assimilado com igual prioridade. O narrador tem lágrimas nos olhos e, curiosamente, as gotas são mais volumosas no olho esquerdo. Noto, de passagem, que alguém precisa lhe fornecer um lenço de papel, portanto verifico o ambiente ao meu redor, procurando por uma caixa e lembrando que tenho uma em minha sala. Lamentavelmente, o tempo estimado para ir e voltar da sala com o lenço de papel não é cabível e irá além do possível fim da narrativa, então essa ação eu descarto. No momento mais importante da história, não suportando mais ver o acidente iminente, levanto-me e corrijo a colocação do copo. Não é porque não ligo para a perda sofrida nem porque me falta empatia, mas é porque nada posso fazer sobre a morte

e os lenços de papel estão fora do meu alcance, enquanto o copo pode, ainda, ser preservado. Preciso anotar para providenciar ter um pacote de lenços de papel em minha mochila, para ocasiões como essa.

É possível que eu tenha causado irritação com a interrupção da narrativa. É, também, possível que essa seja suficientemente explícita para eu perceber. Nesse caso, tentarei explicar aos presentes a ordem das prioridades: primeiro o copo, depois a ausência dos lenços e, em terceiro, mas não menos importante, como se deve estimar o tempo de deslocamento quando lenços de papel precisam ser trazidos mas ninguém lembrou de pegar. As pessoas, mais irritadas, acham que as estou acusando de não serem cuidadosas ou organizadas, mas precisariam notar (e explico) que “ninguém” também me inclui, como deviam perceber se pensassem direito. Não, não estou me defendendo, não estou dizendo que as pessoas não raciocinam com clareza. É só um fato: tem gente chorando, não temos lenços, e o copo ia para o chão. Aliás, pensando

Tudo que recebo, processo. Tudo chega em volume e detalhe. Tudo no limite do que consigo pensar. Tudo no mesmo nível de importância. Não posso acompanhar tudo. Ninguém pode, dirão, e é verdade.

bem, as pessoas não são muito lógicas mesmo, mas tenho a sensibilidade de não dizer isso a elas, pelo menos não agora. A tensão é notável até para um autista, e penso que devo parecer um pouco irritado para as pessoas. Não é contra o argumento delas que estou reagindo, porém, mas porque deixar algo incompleto é péssimo, eu queria ter oportunidade de explicar sobre a falta de lógica das pessoas. Sei, no entanto, pois aprendi algo das regras sociais, que não é o momento. O assunto era outro, e a história não tinha terminado. As pessoas conversam mudan-

do de assunto o tempo todo, mas não nesse tipo de história dramática que precisa de desfecho. Nesses casos, elas grudam. O que será que faz com que as pessoas mudem muito de rumo em alguns casos e em outros se fixem? Esse é um tema interessante, e também poderíamos falar sobre isso, quando for oportuno. Faço uma anotação mental (se eu pegar o celular agora, para abrir a lista de afazeres que mantenho e registrar o pacotinho de lenços de papel, lembrar de pesquisar sobre lógica, e desenvolver o tema sobre o que governa as mudanças de assunto, sei que vai piorar). Estou sempre com a sensação de ter esquecido algo importante, e anotar é um alívio. Agora não posso, tenho que reter na memória até poder sair desse lugar.

Após esse momento de distração, lembro de ser socialmente correto, e consulto o ambiente. Ainda não melhorou. Alguém ainda está falando de copo e morte, mas eu perdi o início do argumento e não sei se está me defendendo ou acusando. Parece que não é defesa. O que será que falaram? Não adiantou ter parado e engolido meu argumento pelo meio, a espiral de irritações sucessivas parece ter ganhado vida própria. O som subiu. Eu continuo no foco, quero sair. Procuo, rapidamente, uma estratégia. Afinal, dizem, sou inteligente, resolvo problemas difíceis, penso rápido (não me sinto assim). Entendi que interrompi e já sei como acalmar a situação para ajudar a colocar a conversa de novo em seu trilho. Só preciso desistir de explicar qualquer coisa mais. Ah! É sobre a morte que falávamos, não é? Mesmo me sentindo incompleto sem ainda ter conseguido me fazer entender, preciso devolver a palavra ao narrador, e digo:

“– Será que podemos voltar a falar sobre o que não tem mais jeito, por favor?”

Março de 2024. ■

Novidade do Par

Pareamento: Podcast como alternativa para divulgação científica em análise do comportamento

Henrique Valle Belo Ribeiro Angelo

Em 1974, B. F. Skinner publicou *Sobre o Behaviorismo.*, um livro declaradamente escrito para o grande público que tinha como objetivo esclarecer equívocos acerca da análise do comportamento. Apesar dos esforços de Skinner (1974), a percepção pública da análise do comportamento ainda apresenta incompreensões significativas. Apesar disso, muitas incompreensões ainda são encontradas tanto em meios acadêmicos como na grande mídia. Em séries animadas como *Os Simpsons*, o diretor da escola que constantemente usa punição é chamado Skinner. A recente *Ted Lasso*, uma das séries que melhor retrata a utilização do reforçamento positivo em detrimento do uso da punição, apresenta erroneamente os conceitos de reforçamento positivo e faz piada com B. F. Skinner ao utilizar uma expressão que aponta equivocadamente que ele propôs uma forma controversa de criar os filhos. A popular *Big Bang Theory* também estereotipa a noção de reforçamento positivo quando uma das personagens dá doces para outra quando esta se comporta da forma esperada sugerindo que o reforçamento é uma técnica de manipulação.

Azoubel et al. (Azoubel & Abbud, 2017; Azoubel & Saconatto, 2020) investigaram veículos jornalísticos midiáticos de grande circulação no Brasil e encontraram uma grande quantidade de compreensões errôneas sobre

Skinner e sobre os princípios do behaviorismo radical, atribuindo a Skinner pensamentos mais próximos do behaviorismo metodológico. Além de frequentemente associarem o behaviorismo radical com manipulação. Os autores apontam que tais representações errôneas podem influenciar negativamente a percepção pública da análise do comportamento e propõem a necessidade de comunicações mais precisas e responsáveis sobre o behaviorismo para evitar simplificações e erros conceituais.

Critchfield et al. (Becirevic et al., 2016; Critchfield et al., 2017) investigaram a percepção pública de jargões da análise do comportamento. Em um estudo conduzido por Becirevic et al. (2016), os participantes foram solicitados a avaliar a aceitabilidade de termos técnicos e não técnicos usados na análise do comportamento. Eles apresentaram aos participantes seis pares de termos, cada um contendo uma versão técnica e uma versão leiga que descreviam o mesmo conceito ou procedimento. Os participantes avaliaram cada termo quanto à sua aceitabilidade social em uma escala Likert de 7 pontos. Os resultados apontaram que os termos leigos foram preferidos em mais de 70% das comparações feitas pelos participantes. Complementando esses achados, Critchfield et al. (2017) realizaram um estudo no qual 141 participantes analisaram

termos isoladamente em uma escala Lickert de 9 pontos para avaliar a reação emocional deles aos termos. Foram usados termos técnicos da análise do comportamento, termos técnicos de outras ciências e termos leigos. Os resultados apontaram que os termos técnicos da análise do comportamento, como “controle de estímulos” e “reforçamento negativo”, geraram reações emocionais significativamente negativas e receberam avaliações particularmente baixas. Esses resultados ressaltam o impacto potencialmente alienante do jargão técnico em análise do comportamento e sublinham a importância de refinar a comunicação para uma melhor aceitação e compreensão pública.

Krapfl (2016) explorou as possibilidades de integração do behaviorismo skinneriano à sociedade. Na era pós-moderna, caracterizada por uma rápida circulação de informações e complexidades culturais, a análise do comportamento enfrenta desafios que exigem uma revisão e adaptação contínuas, tendo em vista que as incompreensões e a aversão às terminologias da análise do comportamento podem ser muito rapidamente difundidas. O autor destaca a necessidade de melhorar a comunicação em análise do comportamento, promovendo uma compreensão mais clara e uma aplicação mais relevante de suas teorias e métodos em contextos sociais mais amplos e variados:

Qualquer que seja a causa, está claro que os próprios behavioristas precisam mudar seu comportamento de forma a deixar a sociedade mais confortável e aceitar melhor a análise do comportamento para que assim haja um mútuo benefício, tanto para a sociedade quanto para a própria área (Krapfl, 2016, p. 125).

Na mesma direção, Freedman (2015) sugeriu que a adaptação da linguagem técnica

para uma que seja mais compreensível pelo público geral pode ajudar a mitigar as barreiras de aceitação e aumentar a adesão às intervenções de análise do comportamento. Poling (2010) complementou que, enquanto a análise do comportamento tem fundamentos sólidos e eficácia demonstrada em ambientes controlados, seu sucesso em contextos mais amplos e dinâmicos é menos claro. Ele sugere que a profissão precisa encontrar novas maneiras de aplicar seus princípios além das configurações tradicionais e comunicar seus benefícios e limitações de maneira mais eficaz para engajar diferentes públicos, incluindo formuladores de políticas, educadores e o público em geral. Fawcett et al. (1988) apontaram que melhorar a comunicação sobre como a análise do comportamento pode resolver problemas sociais específicos ajudará a estabelecer uma ponte mais forte entre a área e a formulação de políticas.

Não é novidade o entusiasmo de analistas do comportamento com a possibilidade de atuação em contextos sociais mais amplos, muitas vezes propondo que os analistas do comportamento ocupem espaços especiais na formulação de políticas ou gestão (Fawcett et al., 1988; Glenn, 1991; Krapfl, 2016; Rakos, 1992), talvez influenciados pelas ideias de planejamento cultural de Skinner (1953). Esses autores apontam que o empirismo não político de Skinner seria relevante para essa possibilidade de entrada (Rakos, 1992; Krapfl, 2016), No entanto, apontam que se deve cuidar para não reproduzir o modelo de planejamento nas comunidades utópicas isoladas baseadas em análise do comportamento, como Los Horcones, uma vez que a aplicação dos princípios da forma como foi feita em larga escala pode ser complexa e, muitas vezes, não desejável por grande parte da população.

A ideia de que os princípios da análise do comportamento representam um empirismo

não político pode tornar os próprios analistas do comportamento pouco conscientes das contingências que controlam seus próprios comportamentos e fazer com haja reprodução de valores da sociedade com um discurso que disfarça esses próprios valores (Holland, 1978; Pritchett et al., 2022). Holland (1978) apontou que a análise do comportamento pode ser utilizada para identificar relações de poder e opressão na sociedade e não somente para modificar comportamentos. Em uma mesma direção, Laurenti e Lopes (2022) apontaram que a análise do comportamento pode operar como uma força contracultural, especialmente em contextos em que práticas culturais opressivas são prevalentes. Eles destacam que a análise do comportamento, quando ancorada nos princípios do behaviorismo radical, possui uma capacidade intrínseca de questionar e desafiar normas sociais opressivas por causa de sua perspectiva antiessencialista e antimentalista do ser humano. Os autores argumentaram que a neutralidade política tradicionalmente associada à ciência pode ser contraproducente em contextos de injustiça social. Eles defendem uma postura de engajamento ativo, no qual os analistas do comportamento devem assumir um compromisso explícito com a transformação social, utilizando suas ferramentas e conhecimentos para desafiar e mudar as contingências que mantêm as estruturas de poder opressivas.

Essa postura de neutralidade da ciência diante que concentra nas mãos de cientistas o poder de ditar as melhores práticas em uma comunidade (cf. Pritchett et al., 2022), reverbera na percepção popular de um país que tem sofrido com a opressão decorrente de dois recentes períodos ditatoriais no século passado, criando um cenário mais propício para as incompreensões e a rejeição do grande público acerca

da análise do comportamento. Ainda que, em diversos lugares do mundo, a análise do comportamento tenha demonstrado eficácia na resolução de problemas humanos em contexto terapêutico e educacional, sua aplicação em escala maior é limitada por várias barreiras como a resistência aos termos (Becirevic et al., 2016; Critchfield et al., 2017), que vão na contramão de uma cultura que emprega termos mentalistas e fortalece dicotomias entre sujeito e ambiente (Skinner, 1974). As recentes políticas públicas que valorizam as práticas analítico-comportamentais no trabalho com pessoas neurodivergentes têm feito com que a área nos últimos anos se tornasse, às vistas do grande público, quase um sinônimo de tratamento para autismo, o que, por um lado, é um reconhecimento pelo trabalho realizado com essa população, mas, por outro, representa somente uma das possibilidades de impactar a sociedade.

Recentemente, ao mudar o nome de um curso para análise do comportamento aplicada à educação no Instituto Par mais do que triplicamos o número de profissionais matriculados que trabalhavam com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista. Antes dessa mudança, tínhamos mais professores de educação regular e psicólogos escolares. Em conversas informais com colegas, frequentemente quando falamos que somos psicólogos comportamentais, eles imediatamente associam nossa prática ao tratamento de crianças neurodivergentes. Os procedimentos estruturados e protocolares têm feito inclusive com que nossa área se torne sinônimo de procedimento científico estruturado. A ideia de que recompensas e reforçamento são sinônimos nunca esteve tão presente no imaginário de alunos ingressantes no curso de Psicologia.

Para que a análise do comportamento possa efetivamente contribuir para solucionar os

problemas globais, um desejo expresso por Skinner (1971; 1974; 1987), é necessário um maior reconhecimento da complexidade do comportamento humano, combatendo visões essencialistas e estruturalistas (Laurenti & Lopes, 2022). Dixon et al. (2019) sugeriram uma abordagem mais integrada que combine conhecimentos de análise do comportamento com outras disciplinas e envolva pessoas de diversos campos, em todos os níveis da sociedade. O diálogo com outras áreas é importante

Um diálogo amigável com outras áreas pode mostrar complementaridades e apontar diferenças que podem fazer com que ambas as áreas questionem seus princípios sem abandonar os aspectos definidores de seus respectivos objetos de estudo.

e necessário para que não se caia em um dogmatismo, levando nossa comunidade a um fechamento em si (Azoubel, 2017). Nesse diálogo, é essencial que se mantenha a consistência e a coerência aos princípios do behaviorismo radical, não se deixando seduzir por práticas mentalistas e cuidando sempre para que seja preservada a visão histórico-interacionista de ser humano e de mundo.

A insegurança de alguns analistas do comportamento tem levado à adoção de posturas procedimentalistas e excludentes que utilizam termos como “pseudociência” ou práticas baseadas em evidência para validar algumas práticas em detrimento de outras. A postura combativa de Skinner, ainda que importante para demarcar os limites do campo de estudo, nos levou a um isolamento em relação aos debates públicos sobre temas relevantes envolvendo o cotidiano das pessoas, enquanto aquelas ditas “pseudociências” ganham força e influenciam métodos educacionais, arte, políticas públicas e são frequentemente convidadas para os debates públicos. Embora a postura combativa em um momento

de interações sociais polarizadas possa oferecer algum espaço, este leva a uma miopia dos procedimentalistas, como a miopia apontada por Skinner (1974) dos behavioristas metodológicos que focaram em procedimentos e deixaram de lado uma parte importante da vida das pessoas.

Os procedimentalistas não percebem que mantêm a estrutura de poder tradicional ao aceitar diagnósticos ofertados por psiquiatras como norteadores da prática clínica. Enquanto isso, a análise funcional em análise do comportamento abre espaço somente para aplicação dos protocolos que mais têm evidência. Evidências devem ser somente referências, não regras. Um diálogo amigável

com outras áreas pode mostrar complementaridades e apontar diferenças que podem fazer com que ambas as áreas questionem seus princípios sem abandonar os aspectos definidores de seus respectivos objetos de estudo. A divulgação científica pode ser um meio para fomentar esse diálogo, apresentando-o à comunidade.

A divulgação científica de tais conceitos e práticas pode ser efetivamente realizada através de *podcasts*. Figueira e Bevilaqua (2022) analisaram *podcasts* de divulgação científica no Brasil e identificaram o bate-papo como o formato mais popular entre eles, um gênero que se propõe a ser feito em uma linguagem mais acessível à população e permite a interação casual e íntima, que pode ser muito atraente para o público geral. Além disso, apontam que esses *podcasts* têm tido mais acesso em plataformas populares como Spotify, Apple Podcasts e Google Podcasts, diversificando a audiência. Ye (2021) examinou como os *podcasts* de divulgação científica reformulam o discurso científico para públicos diversificados, utilizando estratégias linguísticas e estruturais que tornam o conteúdo

mais acessível e engajador. Husein et al. (2019) também destacaram *podcasts* como uma forma subutilizada, mas altamente eficaz, de comunicação científica para além dos periódicos e do jornalismo científico, capazes de alcançar e engajar públicos amplos e diversificados.

Gonçalves (2023) conduziu uma bibliometria de *podcasts* de divulgação científica em língua portuguesa enfatizando que eles podem efetivamente engajar o público em temas complexos, tornando-os mais acessíveis e compreensíveis para uma audiência não especializada. Além de servir como complemento para a educação tradicional, oferece debates em um formato dinâmico, o que pode ser mais facilmente aceito pela sociedade contemporânea.

A criação de um *podcast* dedicado exclusivamente à análise do comportamento pode não apenas informar o público sobre suas aplicações práticas e benefícios, mas também contribuir para a desmistificação de conceitos e promover um entendimento mais profundo da disciplina. Além disso, pode ampliar as possibilidades de colaboração entre analistas do comportamento e outras áreas do conhecimento oferecendo mais espaço nos debates em nossa sociedade. Assim surgiu o projeto Pareamento, cujo objetivo é ampliar o contato da nossa comunidade com outras, promovendo um espaço de trocas tanto para analistas do comportamento quanto para profissionais de outras áreas do conhecimento, sempre de forma respeitosa e amigável.

Pareamento

Pareamento é um projeto do Instituto Par para divulgação científica em análise do comportamento. Em um formato de entrevista e mesa-redonda, analistas do comportamento são pareados com especialistas de outras áreas para discutir temas gerais. A primeira fase

do *podcast* está concentrada em apresentar temas que os analistas do comportamento já têm debatido para fortalecer a audiência entre a própria comunidade. Nessa fase, até o presente momento, já foram entrevistados seis analistas do comportamento e seis especialistas de outras áreas. Roberto Banaco e o ator e produtor cultural Daniel Tavares discutiram diversos aspectos do amor; Roberta Kovac e o treinador de *mindfulness* Stephen Little discutiram *mindfulness* e espiritualidade; Gabriela Lembo e o humorista inglês Freddy Powys discutiram impactos e dificuldades no choque entre culturas; Aline Couto e a psiquiatra Isabel Nestarez discutiram relacionamentos abusivos; Rodrigo Boavista e a psicóloga jurgiana Elisa Musha discutiram símbolos e sonhos; Natalia Matheus e a editora e consultora educacional Andrezza Cacione que discutiram os desafios para a educação na era digital e; Gabriel Galdêncio Rego e Saulo Velasco que debateram foco e procrastinação. Os próximos passos vão debater temas mais relacionados a políticas públicas, trabalho, mudanças climáticas, tecnologia, entre muitos outros. ■

Referências bibliográficas em: https://drive.google.com/drive/folders/1YwI2-XMLksetPwP91xJW07cioriDzbH8?usp=drive_link

Henrique Valle Belo Ribeiro Angelo é psicólogo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), mestre e doutor em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor na UPM e no Instituto Par onde também atua como produtor e host do Pareamento. Atua como terapeuta e consultor institucional e tem conduzido pesquisas sobre comportamento social e cultura.



pareamento

by  instituto **par**

O Pareamento é um podcast promovido pelo Instituto Par que explora como os princípios comportamentais abordam aspectos variados da experiência humana desde a **dinâmica familiar** até os **avanços tecnológicos**, passando pela **cultura popular**, **saúde mental**, **nutrição**, **esporte**, **educação**, **trabalho** e muito mais.

Novos episódios todo mês

Cada episódio contará com nosso host e dois convidados sendo sempre um cientista do comportamento e outro um especialista em uma área relacionada ao tema debatido.

Os episódios têm duração aproximada de 55 minutos.

O podcast será divulgado tanto em vídeo quanto em audio nas principais plataformas e redes sociais.



História de vida

Jaíde Regra

Ana Beatriz Chamati

Tomada pela nostalgia das supervisões presenciais que tantas vezes me levou ao consultório dela, cheguei para entrevistá-la. Iniciamos com um abraço apertado, seguido de uma conversa sobre os 54 anos de atendimento clínico vividos intensamente e com uma experiência e sabedoria ímpares. Para quem já teve o prazer de ouvir a voz da nossa entrevistada, convido-o a ler esta história de vida, na voz inconfundível, calma e acolhedora de Jaíde Regra.

Por trabalhar com crianças, relembrar a infância gostosa e a influência deste período da vida na prática clínica torna-se algo natural. Jaíde foi filha única até seus 14 anos, quando nasceu seu irmão. Natural de Jundiá, sua mãe estimulava longas conversas, e seu pai a levava para andar de bicicleta e ver jogo de basquete, sobre o qual também lhe ensinava regras desde muito pequenininha (risos). Um grande leitor para a época, quando Jaíde tinha cerca de 5 anos, ele ensinava uma porção de regras e de comportamentos, “coisas inclusive que são parecidas com o que eu uso aqui no consultório! Imagina, isso por volta de 1950?” [sic].

Quando sua mãe ficou grávida, seu pai ficou com uma leve depressão e foi buscar terapia em São Paulo, no Hospital das Clínicas. Escriturário, guardava grande parte do salário para pagar o tratamento semanal: “Ele tinha medo de reproduzir o pai dele, que bebia muito e era agressivo em casa, então, as coisas que ele

me ensinava eu acho que era o psiquiatra que ensinava para ele” [sic], gargalha Jaíde.

Quando ela ingressou na faculdade de Psicologia, seu pai lia muito sobre o assunto para poder interagir com ela. Mas o que poucos sabem sobre Jaíde é que antes de entrar na faculdade foi professora de Matemática. Sem condições de seus pais pagarem a faculdade, em vez de fazer o científico (equivalente ao ensino médio de hoje), realizou o curso de formação de professora primária (na época nomeado como curso normal, com três anos de duração, era equivalente a completar o ensino médio), posteriormente sendo contratada para dar aulas para o primeiro, segundo e terceiro ano primário. Segundo Jaíde, seu salário era muito bom: “Como dei aula até o terceiro ano de Psicologia e fui guardando dinheiro, no meio do quarto ano eu tinha o suficiente para pagar o resto do quarto e do quinto ano inteiro, até me formar. Meu pai me ensinou que para gastar tem que pensar se precisa daquilo, para quando precisar muito de uma coisa você ter o dinheiro necessário” [sic]. E deu certo assim. Muito certo.

Jaíde faz parte da primeira turma do curso de Psicologia da PUC-Campinas, criado em 1969; junto com seus colegas de faculdade estava Hélio Guilhardi. Seguiram juntos, acompanhando o trabalho um do outro, ambos fazendo parte do crescimento da análise do comportamento no Brasil.

Desde seu primeiro cliente, ainda no quinto ano da faculdade de Psicologia, já ingressava na construção de uma história profissional, iniciando seus atendimentos ao público infantil. Pela minha curiosidade aguçada e como admiradora, pergunto à minha referência na psicologia infantil qual foi a sua. Jaíde sor-

“O que eu ensinei foi entrevista com mães. Como usar a observação com a criança, como definir o problema, o que perguntar para as mães, eu foquei a técnica de entrevista. Ensinei a eles o que perguntar para os pais para conseguir identificar antecedente, resposta e conseqüente, para que eles aprendessem a diferenciar causas orgânicas das variáveis ambientais.”

ri com delicadeza, lembrando de seu grande (e encantador) mestre Luiz Otávio de Seixas Queiroz. Ele montou o curso de Psicologia Experimental, em 1967, e ia do laboratório com o rato às extrapolações de aplicabilidade clínica nos seminários. “Ele estimulava a gente a pensar desse jeito, eu fiquei apaixonada pela forma de ele dar aula. Fazia exercício para aplicar no consultório. Com ele, desvendei e compreendi Skinner, aprendi uma coisa que não imaginava existir: que o comportamento era governado por regras, como as leis da física governam os elementos físicos” [sic].

Ainda relembro sua trajetória de estudos, ela fala sobre a importância do mestrado na área básica, considerando uma aprendizagem importante para ser transportada para a clínica.

No final da graduação, houve um grupo unido que começou a fazer “mini congressinhos” [sic], ainda não era a ABPMC (Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental); os primeiros tinham 40 pessoas, e, aos poucos foi ampliando, chegando a 100. A partir desses eventos, foi possível formar a Associação de Modificação do Comportamento, que, após algumas mudanças no nome, chegou à

atual ABPMC, conta Jaíde, que marca presença no congresso desde o primeiro ano. Em uma de suas primeiras apresentações, dividiu uma mesa de casos clínicos com Maly Deliti, Vera Otero e Fátima Conte. Comenta que na época era esse espaço que tinham e compara o crescimento da área ao longo dos anos, falando um pouco

sobre as terapias contextuais:

“As coisas que a gente usava por meio da experiência clínica, mas era mais difícil de ensinar, eles sistematizaram, fizeram tudo planejado, descrito e didático para ensinar.”

Antes de 1982, não tinha

nem saído o experimento de equivalência de Sidman e Tailby (1982). A criança estava tendo outros controles e a gente percebia isso, mas não sabia ensinar e descrever de forma precisa” [sic].

Depois vieram os cursos com Maria Amélia Matos, o curso programado com Carolina Bori, o qual posteriormente aplicou na Santa Casa nas aulas de Psicologia do Desenvolvimento para o terceiro ano de Medicina e também para os residentes da Pediatria. Tanto o diretor da faculdade de Medicina como o coordenador da Psiquiatria deram muita força e importância para o que estava sendo proposto como ensino aos médicos.

Jaíde descreve de forma singela e preciosa: “O que eu ensinei foi entrevista com mães. Como usar a observação com a criança, como definir o problema, o que perguntar para as mães, eu foquei a técnica de entrevista. Ensinei a eles o que perguntar para os pais para conseguir identificar antecedente, resposta e conseqüente, para que eles aprendessem a diferenciar causas orgânicas das variáveis ambientais. Ensinava análise funcional para usarem na entrevista. Eles faziam um encaminhamento mais adequado porque identificavam melhor o problema”. [sic].

Jaíde segue contando histórias sobre alunos que demonstravam insatisfação pela novidade que ela trazia ao ensinar a análise funcional e apresentar a análise do comportamento e o ensino programado, o que chegou a culminar em um pedido para que fosse demitida: “Não professora, não tem nada com a sua pessoa, eu só detesto essa linha que você segue” [sic.], conta, gargalhando, a fala de um aluno. Jaíde enfrentou o que precisou, sem mudar suas crenças e sua condução na forma e conteúdo de seu ensino, mesmo que isso tenha tido como consequência ter sido demitida uma vez (o que ocorreu em grupo, com outros 22 professores, sem justificativa clara e explícita).

De segunda a quinta, aos 78 anos, atendendo pacientes até as 20 horas, Jaíde fala que é muito gratificante ter “caído” nisso. “Aos 8 anos, queria ser professora de Matemática. E só depois de fazer o curso de formação de professores primários que me decidi por Psicologia. É o grande sonho da minha vida, eu me sinto tão bem quando estou atendendo. Às vezes eu venho cansada. Às vezes eu penso, nossa, estou com quase 80! Mas eu não me imagino parado”. [sic]. Eu, então, comento sobre a carga de trabalho dela ser muito parecida com minha, lembrando que, ao chegar, ela havia comentado sobre me ver envolvida em tantos projetos. Digo a ela que tenho bons modelos para tanto. Rimos juntas. Ela então me confessa que tem muita dificuldade de dizer não para convites, pois nunca disse não e sempre deu conta: “Eu vivo bem o presente e no contato direto com meus clientes não vejo a hora passar, eu sinto prazer mesmo no que eu faço. E depois quero escrever sobre a prática clínica, estar em projetos com amigos e parceiros de trabalho” [sic].

Finaliza nosso bate-papo deixando uma mensagem para os terapeutas de crianças, adolescentes e pais: “Eu vivi e vivo cada dia inten-

samente. Os bons resultados vêm quando você se esforça, não importa o caminho. Procurava ler o máximo de coisas que eu desse conta para incorporar no que eu podia aplicar. Tem que ter uma regra: tudo o que fizer, tente fazer o mais bem-feito que você puder fazer. Isso dá uma satisfação e você vai vivendo cada dia como se fosse o único. No atendimento infantil e de pais que faço até hoje aprendo muito, depende da cultura do momento. Tenho um adolescente que fala “Contar para você? Você não vai saber como paquerar” [sic]. Jaíde solta um riso gostoso.

Terminamos nossa conversa com um carinho doce. Literalmente, ganhei um docinho, e ela ganhou flores em agradecimento à sua contribuição para nossa área. ■

Referências

Sidman, M., & Tailby, W. (1982). *Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm*. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22. <https://doi.org/10.1901/jeab.1982.37-5>

Ana Beatriz Chamati é especialista em clínica analítico comportamental e mestre em psicologia experimental. Atuou na Green School (Bali-Indoésia). Sócia e idealizadora do projeto “Território do desenvolvimento”. Membro da Diretoria do Instituto Par. Autora do livro infantil “Abra a Caixa”.

Jaíde Aparecida Gomes Regra é psicóloga formada pela UNICAMP (1969). Mestre em Psicologia Experimental pela USP (1973). Doutora em Psicologia Experimental pela USP (2003). Profa aposentada da Faculdade de Psicologia da Univ. de Mogi das Cruzes e Profa convidada do Curso de Pós Graduação de Londrina em Psicologia Infantil. Psicóloga com atendimento em consultório para crianças e adolescentes e Treinamento parental, desde 1970.

formação em

TERAPIA COMPORTAMENTAL DIALÉTICA

encontros online (ao vivo)*

coordenação

Fernanda Calixto (CRP 06/137658)

início

Janeiro de 2025 (anual)

objetivos

O objetivo do curso é formar terapeutas a atuarem com DBT, compreendendo seus princípios teóricos e suas possibilidades de aplicações clínicas, em populações diversas que apresentam quadros clínicos de desregulação emocional como fator presente no sofrimento clínico.

público-alvo

Profissionais de psicologia e psiquiatria e alunos desses cursos que estejam cursando o quinto ano da graduação.

horário

Quinzenalmente, às terças-feiras, das 18h às 22h

carga horária

Total: 100 horas
sendo 44h de teoria + 56h de
treino de habilidades e discussão
de casos clínicos

*O curso será transmitido ao vivo.
Conteúdo não ficará gravado.

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

FORMAÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA À EDUCAÇÃO

curso online

coordenação

SAULO VELASCO
HENRIQUE ANGELO

público-alvo

Profissionais graduados e estudantes de graduação, em qualquer área do conhecimento, interessados em aplicar a análise do comportamento para produzir mudanças e resolver problemas no contexto educacional.

início

Janeiro de 2025
(anual)

objetivos

Esse curso foi desenvolvido para ampliar o escopo de intervenções analítico comportamentais no contexto educacional. Ao longo de dois semestres, os alunos aprenderão estratégias para desenvolvimento de repertórios acadêmicos, programação do ensino, elaboração de currículos e gerenciamento de cursos e salas de aula.

duração

Dois semestres

carga horária

130 horas (sendo, 51 horas de aulas teóricas, 51 horas de supervisão e 28 horas de estágio supervisionado)

dia e horário

Às quintas-feiras,
das 19h às 22h

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.

informações e inscrições

www.institutopar.org



instituto par

ciências do comportamento

institutopar.org | Rua Bartira, 1294
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J

Par entrevista

Psicoterapia assistida por psicodélicos

Roberta Kovac entrevista Yara Nico

Yara Nico é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como psicoterapeuta e professora de Psicologia há mais de 20 anos. Coordenou o curso de especialização em Terapia Analítico-Comportamental do Centro Paradigma de Ciências do Comportamento (atual Instituto Par). É coautora do livro: *A Depressão como Fenômeno Cultural na Sociedade Pós-Moderna: Um Ensaio Analítico-Comportamental dos Nossos Tempos*. É membra-fundadora da Comunidade Phaneros e integrante da primeira turma da Formação em Pesquisa em Psicoterapia Assistida por Psicodélicos do Instituto Phaneros. Desde 2020, vem lecionando e divulgando conhecimento científico sobre psicoterapia assistida por psicodélicos (PAP) para profissionais de saúde e população em geral.

Roberta Kovac: Temos ouvido falar muito do renascimento psicodélico e da psicoterapia assistida por psicodélicos. O que está acontecendo neste momento?

Yara Nico: Está acontecendo uma retomada das pesquisas sobre o desenvolvimento de novos

tratamentos para cuidar de questões de saúde mental, usando substâncias psicodélicas para catalisar processos terapêuticos. É um renascimento porque nas décadas de 1950 e 1960, a ciência ocidental, a psiquiatria e a psicologia já tinham investigado o uso dessas substâncias como catalisadoras, aprofundadoras de autoconhecimento, transformação e melhoria de saúde mental. E nos anos 1960, por razões políticas, essas substâncias foram tornadas ilegais e as pesquisas interrompidas.

Há aproximadamente duas décadas, no começo dos anos 2000, essas pesquisas estão sendo retomadas. Algumas linhas de pesquisas já estão bem avançadas, como a psicoterapia assistida por MDMA para transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que já está sendo avaliada pelo FDA e tudo indica que em agosto deste ano esse protocolo de psicoterapia assistida por MDMA será regulamentado.

Roberta Kovac: Como funciona esse tipo de protocolo?

Yara Nico: Ele é chamado de psicoterapia assistida por MDMA para TEPT. É constituído de sessões de preparação, sem a substância,

sessões com a substância e sessões de integração (novamente sem a substância). A quantidade dessas três partes varia em função das linhas de pesquisa. Por exemplo, na linha de pesquisa mais avançada, que é conduzida pela Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies (MAPS), foi desenvolvido um protocolo de 15 sessões, sendo só três delas com a substância e as restantes, sessões de preparação e integração. É o protocolo, até onde eu tenho conhecimento, mais extenso. Outras pesquisas têm apresentado dados importantes, promissores e consistentes, mostrando que diferentes psicodélicos, como a psilocibina, a ayahuasca e a cetamina, são efetivos para diferentes transtornos mentais, assim entendidos pelos manuais diagnósticos atuais. A psilocibina, que é o componente psicodélico dos cogumelos chamados mágicos, vem sendo investigada para uma série de condições, principalmente para depressão resistente a tratamento (sabemos que 30% das pessoas com depressão no mundo não respondem aos medicamentos convencionais). Em torno de 300 milhões de pessoas sofrem com depressão no mundo. Portanto, existem 100 milhões de humanos na Terra sofrendo de depressão grave que não respondem aos medicamentos existentes. A segunda linha mais avançada de pesquisa de psicodélico para a saúde mental é de psilocibina para esta condição: depressão resistente. A grande maioria dessas pesquisas é com uma dose só de psilocibina e com menos sessões de preparação e de integração. Nesse caso, o protocolo é nomeado como “psilocibina com apoio psicológico para tratamento de depressão”. Isso porque inclui menos sessões de preparação e integração, mas o objetivo

dessas sessões é o mesmo que o das pesquisas com maior número de sessões. Uma coisa que vale a pena ressaltar é que, curiosamente, pela primeira vez o FDA vai regulamentar não uma substância, mas um modelo de tratamento em que psicoterapia é o carro-chefe e a substância vem para catalisar, para intensificar um processo, mas a efetividade não tem a ver só com a substância no cérebro. Se não, todas as pessoas que tomaram MDMA numa fes-

Outras pesquisas têm apresentado dados importantes, promissores e consistentes, mostrando que diferentes psicodélicos, como a psilocibina, a ayahuasca e a cetamina, são efetivos para diferentes transtornos mentais, assim entendidos pelos manuais diagnósticos atuais.

ta (supondo que estão tomando a substância pura, sem contaminantes, o que, no caso do MDMA, é raro), estariam curadas de trauma, todas as pessoas que tomaram cogumelo e são tabagistas parariam de fumar.

Existe um estudo bem interessante de psilocibina associada com um protocolo de intervenção psicológica já validado para tabagismo, e os resultados de abstinência são bem altos. Após 15 sessões de um protocolo de Terapia Cognitiva-Comportamental para Tabagismo e três sessões de psilocibina, 80% participantes (com tabagismo pesado) estavam em abstinência num *follow-up* de seis meses. E 60% continuavam abstinentes no *follow-up* de dois anos e meio. Agora, isso não significa que uma pessoa dependente de tabaco vá tomar cogumelo (ainda que três vezes) e vá deixar de ser tabagista. Não se trata da mera ação da substância no cérebro. O crítico é o trabalho de psicoterapia (aliado à ação do psicodélico) E, pela primeira vez, o FDA vai regulamentar não uma substância, mas a psicoterapia com uma substância. Estamos num momento histórico.

Roberta Kovac: Há um modelo terapêutico dentro das PAPs?

Yara Nico: Não tem uma única abordagem em psicologia que se aplica exclusivamente à PAP. Nas décadas de 1950 e 1960, a abordagem psicológica mais prevalente nos consultórios era a psicodinâmica. Também o trabalho do Stanislav Grof, um psiquiatra importante desse período, ocorria numa abordagem transpessoal, e, nas décadas de 1950, 1960, as terapias comportamentais estavam pautadas pela modificação do comportamento e não participaram das intervenções com psicodélicos, porque não estavam fazendo esse trabalho clínico. Na MAPS, Rick Doblin, seu fundador, tem uma orientação mais (próxima) do Stanislav Grof. Recentemente as terapias comportamentais têm participado no desenvolvimento, nessa renascença psicodélica. Existem pesquisas envolvendo terapia de aceitação e compromisso (ACT) como modelo, e

É muito diferente da sessão com qualquer uma das abordagens, porque o terapeuta não está lá conduzindo a sessão, organizando-a, planejando-a, guiando-a, a principal função do terapeuta é produzir acolhimento, fornecer segurança, confiança.

pesquisas envolvendo protocolos de terapia cognitivo-comportamental (TCC), que já tinham sido testados sem a inserção da substância psicodélica e que agora estão sendo replicados com a substância como elemento do processo (por exemplo, TCC para cessar o uso de tabaco com psilocibina, TCC com MDMA para casais com um dos membros com TEPT). Há pesquisas para dependência química que usam entrevista motivacional como uma abordagem. Diria que o que é consenso, independentemente do componente psicoterapêutico na preparação e na integração, é uma abordagem eminentemente não diretiva na sessão com psicodélico. É muito di-

ferente da sessão com qualquer uma das abordagens, porque o terapeuta não está lá conduzindo a sessão, organizando-a, planejando-a, guiando-a, a principal função do terapeuta é produzir acolhimento, fornecer segurança, confiança. Isso é desenvolvido nas sessões de preparação e é condição fundamental para ocorrer um processo que naturalmente se desenrola na sessão com a substância. Observamos que, quando a preparação foi bem-feita, quando o sujeito está entregue ali para a experiência psicodélica, quando ele sente confiança no processo, o que se diz é “Como se o paciente acessasse o melhor terapeuta que existe, que é ele mesmo”. Aquilo que se planeja numa sessão convencional, uma exposição, uma mudança de perspectiva ou exercício de tomada de perspectiva que pode produzir uma resignificação ou transformação, por exemplo, acontece naturalmente. Sem a intrusão do terapeuta. Então se é psicanalista, se é terapeuta ACT, se é terapeuta transpessoal, na hora crítica da utilização do psicodélico, pelo menos, não é a abordagem que vai orientar o trabalho. Agora, fica uma questão em aberto: como cada uma das abordagens pode ser mais ou menos sinérgica com essas substâncias? Eu, por exemplo, vejo muita sinergia entre os processos que você vê numa experiência psicodélica e os processos que a ACT fomenta sem psicodélico, por exemplo.

Roberta Kovac: Quando você diz que o importante a ser ressaltado nesse processo do renascimento é que, por exemplo, a FDA está regulamentando uma psicoterapia assistida por uma substância e não a substância, como ela regularmente faz, e ao mesmo tempo você me diz que a psicoterapia pode ser de um tipo ou de outro, o que conta talvez seja uma postura terapêutica?

Yara Nico: Acho que é uma questão em aberto, se o que conta mais é isso ou não. Certamente, a postura conta e é mais fundamental do que numa terapia sem psicodélico, porque o crítico para essa experiência poder acontecer é a pessoa conseguir se abrir e deixá-la acontecer. No entanto, são experiências de disrupção da consciência muito intensas e que, em geral, envolvem momentos de ansiedade. A palavra psicodélico, um termo inventado nos anos 1950, é um neologismo derivado de duas raízes, *psico*, psique, alma, mente, e *delus* manifestar, então, são substâncias que levam a mente a se revelar para a própria mente. Elas amplificam estados emocionais importantes, produzem *insights*, as pessoas têm experiências muitas vezes de reviver memórias biográficas, e é reviver, não é lembrar intelectualmente, elas voltam para uma cena e passam de novo por uma intensidade emocional maior. Podem entrar em contato com partes delas de que elas fogem, tudo aquilo que precisa ser sentido e que é difícil ser sentido aqui no momento cotidiano, em geral, aparece numa experiência psicodélica. Experiências que, para você poder, de fato, navegar por elas, precisa estar o mais seguro possível, porque envolvem muita mudança da sensação de corpo, de quem você é, de ausência de corpo por exemplo. Elementos como confiança, aliança terapêutica também são fundamentais porque a pessoa fica num estado muito vulnerável e pode entrar em contato com as suas dores nesse estado vulnerável. Então, é preciso ter muita confiança. Assim, não sabemos ainda o quanto os componentes específicos podem ser importantes. Será que uma terapia ACT, utilizada na preparação e na integração, focando habilidades ou processos psicológicos que serão vividos numa experiência psicodélica com mais intensidade, faz diferença? Será que numa integração, o conhecimento que já está apresen-

tado nas terapias comportamentais, com foco na mudança de comportamento, é mais útil? É muito importante dizer que quando falamos que é terapia assistida por psicodélicos, não é a substância que vai fazer um milagre, vai entrar no corpo e sozinha vai trabalhar, produzir todos os *insights*, e a pessoa sairá de lá transformada. Antes e após o contato com a substância, há um trabalho fundamental – o que fazer com tudo isso que foi sentido e entendido? E aí é mão na massa. Então, no trabalho de integração, tudo o que se sabe sobre mudança de comportamento pode ser muito útil, porque às vezes as pessoas têm experiências reveladoras, mas isso não significa que elas vão conseguir viver melhor. ■

1 O texto falado e gravado foi adaptado para uma linguagem mais textual e menos coloquial, com a anuência dos entrevistados.

Roberta Kovac é doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (2018). Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É membro da diretoria, coordenadora acadêmica, supervisora e docente no Instituto Par.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA À GESTÃO DE DESEMPENHO

EAD*

coordenação

Dr. Candido Pessôa

corpo docente

Dr. Candido Pessôa
Ms. Gabriel Dargas
Ms. Pedro Guersoni

início

Janeiro de 2025 (semestral)

público-alvo

Pessoas interessadas no
trabalho em organizações

objetivos

Capacitar os alunos a aplicarem princípios e processos da Análise do Comportamento na gestão de desempenho e apresentar alguns dos subsistemas típicos de recursos humanos sob a ótica da Análise do Comportamento.

periodicidade

As supervisões on-line síncronas ocorrerão às quartas-feiras, das 19h às 22h
As aulas gravadas serão liberadas às quartas-feiras.
(verificar datas no site)

carga horária

51h totais, sendo
15h de aulas gravadas
27h de supervisão on-line síncronas
9h de atividades assíncronas

*aulas gravadas + encontros online síncronos

A realização do curso está sujeita ao número mínimo de inscrições.



instituto par

ciências do comportamento | institutopar.org | Rua Bartira, 1294 | Perdizes São Paulo/SP | Tel. 11 3672 2200 | CRP 06/5164-J



instituto **par**
ciências do comportamento